

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA LAURA PACHECO DA SILVA

**MARIAS QUE OCUPAM ESPAÇOS:
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE
MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG**

UBERLÂNDIA

2016

MARIA LAURA PACHECO DA SILVA

MARIAS QUE OCUPAM ESPAÇOS:
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE MULHERES
NEGRAS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza

UBERLÂNDIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586m Silva, Maria Laura Pacheco da, 1988-
2016 Marias que ocupam espaços [recurso eletrônico] : uma análise da
trajetória acadêmica e profissional de mulheres negras na cidade de
Uberlândia-MG / Maria Laura Pacheco da Silva. - 2016.

Orientador: Márcio Ferreira de Souza.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5130>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Ciências Sociais. I. Souza, Márcio Ferreira de, 1968-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 30

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UNIDADE ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



Ata da defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Defesa de: Dissertação de Mestrado Acadêmico, Nº 018/PPGCS

Data: 15 de dezembro de 2016

Discente: Maria Laura Pacheco da Silva (11412CSC017)

Título do Trabalho: "Marias que ocupam espaços: uma análise da trajetória acadêmica de mulheres negras na cidade de Uberlândia-MG."

Área de concentração: Sociologia e Antropologia

Linha de pesquisa: Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade

Projeto de Pesquisa de vinculação: A aplicação das políticas públicas de gênero nos espaços de poder municipal: uma análise da Casa Abrigo Travessia

Às quatorze horas do dia 15 de dezembro do ano de 2016, na sala 235 do Bloco 1H - Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais assim composta: Professores Doutores: Márcio Ferreira de Souza (Orientador), Maria Cecília de Lima e Renata Cristina Gonçalves dos Santos.

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais.

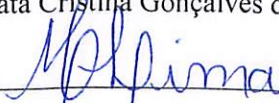
Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata **Maria Laura Pacheco da Silva aprovada.**

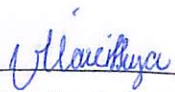
Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às 18:00 horas. Foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada pelos professores Márcio Ferreira de Souza e Maria Cecília de Lima que encontravam-se na sala da Universidade Federal de Uberlândia, que atestam a participação da professora Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos por via Skype.

Convidada participou por via Skype

Profa. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos (UNIFESP)


Profa. Dra. Maria Cecília de Lima (ILEEL- UFU)


Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza – Orientador/INCIS-UFU

MARIAS QUE OCUPAM ESPAÇOS: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza

Uberlândia, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - Orientador- INCIS/UFU

Prof. Dr^a. Maria Cecília de Lima – ILEEL/UFU

Prof.^a Dr^a. Renata Cristina Gonçalves dos Santos - UNIFESP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Redenção de Cam da década de 1875	Página 21
Figura 2	Discriminação de gênero e raça	Página 32
Figura 3	Grupos sobrepostos	Página 33
Figura 4	Propaganda da cerveja Devassa, 2010	Página 57
Figura 5	Propaganda da Bombril, 2012	Página 58
Figura 6	Umas das fotos de divulgação do concurso, 2013	Página 59
Figura 7	Representatividade negra	Página 94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Diferenças percentuais do rendimento mensal do trabalho principal com relação aos rendimentos do homem branco – Brasil (1999, 2002 e 2009)	Página 41
Tabela 2	Grupos e organizações de mulheres negras por região no Brasil	Página 53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Diferenciais do rendimento mensal do trabalho principal com relação ao homem branco (população ocupada) Brasil (1995-2009)	Página 37
Gráfico 2	Taxa de escolarização no ensino superior, por cor/raça e sexo	Página 38
Gráfico 3	Abandono escolar precoce no Brasil - 18 anos a 24 anos	Página 61
Gráfico 4	Trabalho infantil no Brasil – crianças e adolescentes – 5 a 17 anos	Página 62
Gráfico 5	População do município de Uberlândia-MG divida gênero e cor	Página 64
Gráfico 6	Mulheres militares e funcionárias públicas estatutárias em Uberlândia-MG	Página 65
Gráfico 7	Mulheres empregadoras em Uberlândia- MG	Página 65
Gráfico 8	Mulheres empregadas domésticas em Uberlândia, MG	Página 66
Gráfico 9	Mulheres sem grau de instrução em Uberlândia, MG	Página 67
Gráfico 10	Mulheres com ensino superior completo	Página 68

AGRADECIMENTOS

Gratidão pela minha ancestralidade!

Agradeço aos meus pais que sempre estiveram comigo e são muito presentes em minha vida.

Aos meus amigos e amigas que acompanharam meus impasses e me deram força nessa caminhada do mestrado.

Ao Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e ao Grupo de União e Consciência Negra que me despertaram para os estudos sobre as questões raciais.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Fabiane Previtali pelas contribuições na minha pesquisa.

Agradeço imensamente às mulheres negras que me contaram suas histórias.

Agradeço em especial ao prof. Dr. Márcio Ferreira Souza por confiar no meu trabalho sem antes conhecê-lo.

*Dedico essa dissertação em especial para a minha mãe e para
todas as mulheres negras.*

RESUMO

O presente estudo propõe-se retratar a trajetória acadêmica e profissional de três mulheres negras residentes em Uberlândia – MG que, de diferentes formas, contribuem para a promoção da igualdade racial e de gênero nessa cidade. Um dos pontos centrais é enfatizar o significado político de ser mulher negra em uma sociedade desigual, a qual impede esse segmento da população de ocupar os diversos espaços de poder, na tentativa de compreender as relações de gênero e os processos de elaboração das subjetividades das mulheres negras. Esta pesquisa intenciona dar visibilidade às suas lutas e conquistas, bem como analisar a atuação desse grupo social no que tange a construção e fortalecimento de suas ações no combate ao racismo e em prol da equidade racial e de gênero. Desse modo, a partir dos dados estatísticos e das histórias de vida buscou-se detalhar a trajetória traçada por essas mulheres que atingiram uma posição profissional de destaque na sua área de atuação. O estudo orienta-se pelas adversidades encontradas no decorrer de suas vivências pessoais e formação acadêmica que incidiram sobre o processo identitário e o seu reflexo na área de atuação para cada uma delas.

PALAVRAS CHAVE: Mulheres negras; Empoderamento; Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The present study proposes portraying the academic and professional path of three black women living in Uberlandia – MG which, in different ways, contribute to the racial equality and gender promotion in this city. One of the main points is emphasize the political meaning of being a black woman in an unequal society, which prevents this segment of the population to occupy different spaces of power, in an attempt to understand the gender relations and the elaboration processes of black women subjectivities. This research intends to give visibility to the struggles and achievements, as well as analyze this social group performance when it comes to building and strengthening their actions to combat racism and work in favor of the racial and gender equality. This way, from statistical data and their life stories, sought to detail the trajectory traced by these women who have reached exceptional professional positions in their areas. The study is guided by the adversities encountered during their personal life experiences and academic formation period that influenced on the identity process and its repercussion in their working areas.

KEYWORDS: Black women; Empowerment; Job market.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. FRONTEIRAS DAS DIFERENÇAS: ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL	17
1.1 Raça: do conceito biológico ao político	17
1.2 Estudos de Gênero e a interseccionalidade entre raça e classes sociais: alguns apontamentos	26
CAPÍTULO 2. TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL: SUAS LUTAS E CONQUISTAS	43
2.1 Os estudos de gênero e o feminismo negro: <i>nossos passos vêm de longe</i>	43
CAPÍTULO 3. CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DAS MARIAS ENTREVISTADAS.....	56
3.1 Mulher Negra: qualificação educacional e a inserção no mercado de trabalho brasileiro	60
3.2 Educação, trabalho e mercado de trabalho no município de Uberlândia	63
3.3 As vozes que falam por aqui	69
3.3.1 As primeiras palavras... ..	70
3.3.2 Trajetória de vida	71
3.3.3 Espaço escolar	73
3.3.4 Mercado de trabalho: primeiro emprego e experiência profissional	78
3.3.5 O Matriarcado e as tomadas de decisões.....	79
3.3.6 Outros espaços: ensino superior e as novas oportunidades	82
3.3.7 Marias que incomodam.....	86
3.3.8 Ascensão social	88
3.3.9 Empoderamento: momentos importantes que não as fizeram desistir	89
3.3.10 As últimas palavras... representatividade importa!!!.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS	105
Anexo A - Roteiro de entrevista	105
Anexo B - Termo de concessão de entrevista	106

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se retratar a trajetória acadêmica e profissional de mulheres negras residentes em Uberlândia – MG que, de diferentes formas, contribuem para a promoção da igualdade racial e de gênero nessa cidade. O foco central é enfatizar o significado político de ser mulher negra em uma sociedade desigual, a qual impede esse segmento da população de ocupar os diversos espaços de poder, na tentativa de compreender as relações de gênero e os processos de elaboração das subjetividades das mulheres negras. Esta pesquisa intenciona dar visibilidade às suas lutas e conquistas, bem como analisar a atuação desse grupo social no que tange a construção e fortalecimento de suas ações no combate ao racismo e em prol da equidade racial e de gênero.

O antropólogo Kabengele Munanga (2005), enfatiza que as desigualdades sociais têm origens diversas: econômicas, étnicas, de gênero e apresentam variações e particularidades de uma sociedade para outra. O preconceito e a discriminação racial e de gênero estão inseridos em uma lógica racista e sexista, portanto, compreender tais problemas é ponto de partida para encontrar alternativas para o enfrentamento de conflitos produzidos nas relações étnico-raciais e de gênero.

Antes de dar continuidade à discussão é necessário diferenciar os conceitos de racismo, preconceito, discriminação e estereótipo que por vezes são empregados como semelhantes, pelo senso comum. No documento “Brasil, Gênero e Raça,” lançado pelo Ministério do Trabalho, esses termos são descritos da seguinte maneira:

Racismo é a ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos, que pode ser traduzida na pretensão da existência de uma certa hierarquia entre negros e brancos. Segundo alguns autores, o racismo é a doutrina que sustenta a superioridade de certas raças, podendo representar ainda o preconceito ou discriminação em relação a indivíduos considerados de outras raças.

Preconceito é uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. Preconceito pode ser definido, ainda, como uma ideia pré-concebida ou mais precisamente, a suspeita, a intolerância e a aversão a outras raças, religiões e credos.

Estereótipo consiste em um atributo dirigido a determinadas pessoas e grupos que funciona como uma espécie de carimbo ou rótulo, que retrata um pré-julgamento. As pessoas rotuladas são sempre tratadas e vistas de acordo com o carimbo que recebem em detrimento de suas verdadeiras qualidades.

Discriminação é a denominação atribuída a uma ação ou omissão violadora do direito das pessoas com base em critérios injustificados e injustos tais como: raça, sexo, idade, crença, opção religiosa, nacionalidade, etc. Pode ser definida, ainda, como sendo o tratamento preconceituoso dado a certas categorias sociais, raciais, etc.

Atualmente, do ponto de vista biológico, o conceito de raça não é mais aplicado para justificar as diferenças entre os indivíduos, no entanto, ele ainda continua sendo operante na vida social. No ideário popular brasileiro, a cor da pele é um elemento indissociável à raça, ser negro/a ou branco/a implica em diferenças de tratamento nos vários âmbitos da sociedade, portanto, a raça torna-se um componente relevante na ocupação das posições sociais na estrutura de classes. “Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social” (Guimarães, 1999, p. 153).

O quadro de precarização das condições de vida da população negra no país deve-se não apenas ao passado escravagista, mas também a falta de oportunidades derivada da existência e permanência de um racismo endêmico. Os dados resultantes de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011), por exemplo, revelam que negros/as se encontram em desvantagem aos/as brancos/as quanto ao acesso à infraestrutura urbana e habitação, mercado de trabalho, saúde, distribuição de renda e educação.

No caso brasileiro, classe e raça são categorias de análise que estão imbricadas. A fronteira que as separa é tênue. A pobreza no Brasil tem cor, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011, p. 35) “os indicadores de pobreza e desigualdade, quando desagregados por cor/raça, mostram que os negros são grande maioria entre os mais pobres”, portanto, refletir sobre tais conceitos é essencial para pensar as hierarquias sociais.

No bojo dessa discussão, surge outro elemento fundamental para a construção das desigualdades de poder, a categoria gênero, a qual não pode ser

compreendida desconexa da ideia de classe e das questões raciais. Elizabeth Spelman (1988) argumenta que os sujeitos vivem opressões simultâneas, não há como pertencer a um gênero sem ao mesmo tempo pertencer a uma raça. Dessa forma, salienta-se que as hierarquias sociais se vinculam a, no mínimo três eixos: gênero, classe e raça. Tal questão será explorada no primeiro capítulo, mais precisamente no item 1.2, da presente dissertação, tendo como referência principal as argumentações da jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002), além de outras contribuições importantes, tais como a da filósofa e doutora em Educação (USP) Sueli Carneiro (2003), diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

No Brasil, nas duas últimas décadas, as relações raciais e de gênero sofreram modificações significativas, seja no mundo do trabalho, nas relações cotidianas e/ou na vida pública com a emergência de políticas públicas voltadas para as dimensões de gênero e de raça. Exemplos dessas transformações foram o aumento de mulheres na universidade e a aprovação lei de cotas derivadas de gestos coletivos organizados pela população negra e por grupo de mulheres inseridas em movimentos políticos e sociais¹.

No entanto, apesar dos avanços ainda resta muito por caminhar, tendo em vista que a dificuldade de reconhecimento da existência do racismo no Brasil opera negativamente para a promoção de igualdades. A sociedade brasileira precisa assumir a luta pela superação do racismo e dos conflitos de gênero, entendendo que esse combate não pertence somente aos grupos que se sentem diretamente afetados pela discriminação racial e pelo sexismo. “É inegável que se vive um momento importante para o combate à discriminação racial; fala-se sobre e discutem-se cada vez mais abertamente as tensas relações étnico-raciais vividas no Brasil” (Verrangia e Silva, 2010, p. 710).

A partir das considerações expostas anteriormente, os objetivos específicos desta pesquisa são: evidenciar a história política e social das mulheres negras no país, enfatizar a necessidade de trabalhar a interseccionalidade de gênero, raça e classe nas relações sociais e analisar as consequências e os impactos do processo de empoderamento das mulheres negras na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. A perspectiva acerca do empoderamento será abordada no item 3.3.9 da dissertação.

A história de vida foi um dos recursos técnicos utilizados para o desenvolvimento e construção desse estudo. No Brasil, apesar de ter surgido entre

¹ Ver exemplos na tabela, página 55.

as décadas de 1940 e 1950, ela só passou a ter notoriedade anos depois pelos/as cientistas nacionais devido ao fato do país não apresentar um histórico de zelo para o arquivamento de documentos importantes. De acordo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988)

[...] a história oral ressurgiu, suscitando iniciativas traduzidas na função dos Museus da Imagem e do Som, e também de grandes arquivos que armazenam entrevistas com personalidades famosas. Nestes repositórios se encerra a "memória" de algo que se perderia com o desaparecimento de pessoas mais velhas num país que sempre deplorou a falta de documentação para estudo (Queiroz, 1988, p. 18-19).

Além disso, as mudanças ocorridas derivadas do êxodo rural também contribuíram para a difusão dessa técnica. No intervalo dos anos de 1950 e 1980, o número de habitantes nas cidades cresceu consideravelmente, na época, o interesse pelas transformações na sociedade brasileira resultou em estudos que usufruíam dos relatos orais e de histórias de vida pela falta de registros documentais que acompanhassem as décadas de modificações. No entanto, a valorização das histórias de vida não ressurgiu inicialmente no campo da sociologia, mas sim da psicologia social.

O trabalho pioneiro se desenvolveu em São Paulo, cidade cujo crescimento acelerado e transformações radicais constituem grandes provocações para se inquirir o que sucede com os processos de conservação das lembranças. [...] Nesses casos, é a sociologia que está em jogo. Os mecanismos da memória, sua ligação com a base biológica e com o contexto socioeconômico em que se dão as experiências individuais, não constituem para ela questões fundamentais. [...] O que busca é um esclarecimento de relações coletivas entre indivíduos num grupo, numa camada social, num contexto profissional, noutras épocas e também agora (Queiroz, 1988, p. 9).

Como aponta Queiroz (1988), o/a personagem conta sobre sua história de vida e os fatores que a envolvem. O primeiro momento pode soar como algo individual por conter a subjetividade do/a narrador/a, nesse sentido, os dados coletados a partir dos relatos permitem vislumbrar como foi construída a sua personalidade, aparentemente, o indivíduo é deslocado de uma coletividade e suas características são exclusivamente sua. Embora possa haver alguma semelhança com outro indivíduo existem traços na sua personalidade que não se confundem com os de outro alguém. Todavia, se a construção da personalidade não sofresse fatores externos decorrentes do convívio social, as histórias de vida não seriam analisadas por um viés sociológico.

O que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem que lhe são inteiramente exteriores. [...] sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é resultado da interação entre suas especificidades, todo o seu ambiente, todas as coletividades em que se insere (Queiroz, 1988, p. 21-22).

Diante do exposto, a técnica de história de vida além de ser aplicada para a sondagem de questões e problemáticas pela ausência de informações que envolvem o tema a ser estudado, ainda pode ser útil para averiguar o que foi obtido.

Destarte, nessa dissertação, optou-se pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa qualitativa para enriquecer os dados estatísticos que comprovam as desigualdades sociais. Por mais que sejam visibilizadas as trajetórias de vida de apenas três mulheres negras residentes atualmente na cidade de Uberlândia-MG, a leitura de seus percursos e entraves permitiu a reflexão de questões relevantes: as Marias presentes no texto ainda são exceções em um contexto marcado pelas injustiças sociais e por mais que sejam poucas, ainda assim, suas histórias são exemplos de representatividade positiva para as outras Marias que ocuparam sempre o mesmo espaço. “A história de vida é, portanto, técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (Queiroz, 1988, p. 36).

A construção dos dados a partir das fontes diretas foi obtida por meio das entrevistas realizadas com três mulheres negras, no ano de 2016, das áreas da educação e da saúde², residentes em Uberlândia. Essas mulheres em questão constroem suas identidades em meio ao emaranhado das relações de gênero e das relações de raça conflituosas. O estudo permitiu pormenorizar a trajetória traçada por essas mulheres que atingiram uma posição profissional de destaque na sua área. A pesquisa orienta-se pelas intercorrências encontradas no decorrer de suas vivências pessoais e formação acadêmica que incidiram sobre o processo identitário e o seu reflexo na área de atuação para cada uma delas.

² A escolha das entrevistadas foi devido ao cargo atual que ocupam.

CAPÍTULO 1. FRONTEIRAS DAS DIFERENÇAS: ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Neste capítulo serão discutidas três categorias fundamentais para o entendimento da construção das relações sociais no Brasil, partimos do pressuposto que raça, gênero e classe são elementos indissociáveis para a análise das desigualdades em suas múltiplas dimensões.

1.1 Raça: do conceito biológico ao político

Neste trabalho será utilizada a categoria raça em detrimento da categoria etnia³ devido a ressignificação que o movimento negro atribuiu à ideia de raça.

Se de um lado, no campo científico, o conceito raça aplicado à diferenciação de grupos humanos é inconsistente, visto hoje que a espécie humana apresenta características biológicas similares, de outro, porém, o racismo criou a raça. O processo histórico das relações sociais é marcado por ideologias racistas baseadas no fenótipo do indivíduo e ainda estão presentes entre os grupos sociais. “Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (Hall, 2003, p. 66).

Não apenas no campo das Ciências Sociais, mas também em outras áreas do conhecimento, o debate sobre a utilização analítica da categoria raça ainda é latente. No bojo dessa discussão há estudiosos/as que preconizam a não aplicação da categoria, enquanto que militantes do movimento negro reconhecem a raça como um conceito político, pois, por meio dele evidenciam-se as desigualdades relacionadas ao acesso aos equipamentos sociais.

Dessa forma, apreende-se que o conceito de raça é sustentado pela existência do racismo que consequentemente justifica a iniquidade das relações de

³ Conforme Antônio Sérgio Guimarães (2011), o termo etnia, foi “cunhado para dar conta da diversidade cultural humana, passou também a ser usado no cotidiano das sociologias vulgares como marcador de diferenças quase-irredutíveis, ou seja, como sinônimo de raça. Suprimia-se o termo raça sem que o processo social de marcação de diferenças e fronteiras entre grupos humanos perdesse o seu caráter reducionista e naturalizador” (Guimarães, 2011, p. 266). Contrapondo a noção de raça ao termo etnia, o autor observa que “para os cientistas sociais, assim como para os ativistas políticos, a noção de raça tem vantagens estratégicas visíveis sobre aquela de etnia: remete imediatamente a uma história de opressão, desumanização e opróbrio a que estiveram sujeitos os povos conquistados; ademais, no processo de mestiçagem e hibridismo que sofreram ao longo dos anos, a identidade étnica dos negros (sua origem, seus marcadores culturais, etc.) era relativamente fraca ante os marcadores físicos utilizados pelo discurso racial (Guimarães, 2011, p. 266).

poder nas sociedades, ou seja, o racismo é uma ideologia⁴ que usufrui da noção de raça para oprimir e segregar os indivíduos (Silva, 2001).

No Brasil, a ideologia racista apresenta manifestações diferentes das ocorridas em outros países; é o que se denomina de racismo à brasileira. De modo geral, o brasileiro ou a brasileira não se considera racista, mas é frequente a afirmação deter conhecimento de alguém que o seja⁵. A pesquisa realizada pelo Datafolha em 1995, que resultou no livro *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*, é reveladora dessa constatação. Por exemplo, com muita frequência as mídias escritas e eletrônicas noticiam casos de discriminação racial, sem falar também no repertório de piadas racistas contra a população negra, como complementa Teixeira (2002, p. 112) “muitos brasileiros admitem a existência do racismo no Brasil, mas é sempre com o outro”. Esses fatos cotidianos contestam as pretensas relações harmoniosas alardeadas pelos/as que creem na “democracia racial”, perspectiva sob a qual voltaremos a abordar ainda neste tópico.

Estudos realizados por pesquisadoras e pesquisadores, em diferentes

⁴ Nas ciências sociais não há um conceito unívoco para ideologia, que se tornou uma noção importante para diversos autores clássicos e contemporâneos. Entretanto, a perspectiva aqui apontada tem como inspiração a noção de ideologia que aparece em Karl Marx e Friedrich Engels, como uma concepção idealista equivalente à ilusão, à falsa consciência e é construída a partir do materialismo histórico: “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (Marx; Engels, 2007, p. 93). Não propomos discutir aqui as diferentes concepções de ideologia nas ciências sociais, nem mesmo seus desdobramentos e variações no campo da análise marxista. Para tanto uma leitura recomendada é Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista, de Michael Löwy (1985), que apresenta uma abordagem didática e sintética sobre o tema, além de outras publicações mais específicas e aprofundadas desse mesmo autor, tais como As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento (1994) e Método Dialético e Teoria política (1975).

⁵ O jornal Folha de São Paulo divulgou, em 25 de junho de 1995, uma edição especial, contendo 16 páginas, sobre pesquisa realizada pelo Datafolha, que mapeava o que foi denominado como sendo o nosso “racismo cordial”. Tal pesquisa foi publicada em formato de livro, em parceria com a Editora Ática, organizado por Cleusa Turra e Gustavo Venturi. Na apresentação do livro está registrado: “O Datafolha encontrou algo simples e previsível: o Brasil é um país racista contra pessoas negras. A diferença é que isso foi, pela primeira vez, constatado cientificamente” (1995, p. 5-6). Em matéria publicada na referida edição especial da Folha de São Paulo, intitulada Pesquisa mostra como os brasileiros mostram seu “racismo cordial”, são disponibilizados dois gráficos que sintetizam a noção de “racismo cordial”. Um gráfico sobre o *preconceito admitido*, a partir da questão “você tem preconceito de cor em relação aos negros”, revela o percentual de respostas: 88% responderam “não”; 10% responderam “sim” e 2% não souberam responder. O outro gráfico, sobre o *preconceito revelado* (“Quem manifesta preconceito contra negros em algum momento, ainda que de forma indireta”) aponta para os seguintes percentuais: 14% responderam “em nenhum momento”, 36% “em raras ocasiões demonstra preconceito”, 47% “em algumas ocasiões demonstra preconceito” e 4% “demonstra preconceito em várias ocasiões”. Em suma, o levantamento da pesquisa citada aponta que “87% dos pesquisados não negros manifestam algum preconceito contra negros ao responder o questionário. Mas só 10% enxergam preconceito naquilo que fazem” (<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo02.pdf>). Para mais detalhes sobre tal pesquisa, incluindo a metodologia aplicada consultar: TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo (1995); Almanaque Folha – Racismo cordial. Edição especial de 25 de junho de 1995. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/racismocordial.htm>.

momentos e instituições, como Alberto Guerreiro Ramos (1995), Clóvis Moura (1988), Lélia Gonzalez (1979), Nilma Lino Gomes (2005), Octávio Ianni (1962), Virgínia Leone Bicudo (2010)⁶, dentre outras/os, sobre as relações inter-raciais no Brasil, revelam fatos que, por motivos diversos, foram ocultados na nossa história. Ferreira (2002), em seu ensaio *O brasileiro, o racismo silencioso e emancipação do afrodescendente* destaca três aspectos importantes para o desenvolvimento do preconceito racial no país.

O primeiro refere-se à Modernidade. O período das grandes navegações foi marcado pelo conhecimento de novas formas de organização social. Povos que apresentavam características distintas dos valores concebidos pela sociedade europeia despertaram um clima de estranhamento e medo, que resultou no desenvolvimento de estratégias de controle para a situação, dentre as quais o sistema de classificação. Nesse processo de formação identitária o sentimento de pertença e de estranhamento pode originar exclusões e inclusões de acordo com as afinidades, bem como relações hierárquicas.

O segundo aspecto é a escravidão. A diáspora africana foi a forma mais cruel de destituir a identidade das/os negras/os. A imigração involuntária resultou na expropriação do ser negro no intuito de coisificá-lo e transformá-lo em mercadoria. O período escravocrata prevaleceu no Brasil por mais de 300 anos. Ferreira (2002:74) ressalta que “a experiência da escravidão no Brasil transformou o africano em escravo, o escravo em negro, e o negro numa pessoa destinada a ‘desaparecer’, em nome da constituição de um povo cordial e moreno.” Isso nos remete ao terceiro aspecto, a adesão do Estado brasileiro à política de branqueamento derivada de um racismo científico.

A segunda metade do século XIX foi marcada pelo aparecimento de diversas teorias racistas. Na perspectiva de defensores dessas teorias, existiam civilizações dotadas de valores que serviam como parâmetro de comparação, ou seja,

⁶ Virgínia Leone Bicudo defendeu sua dissertação de mestrado, na Escola Livre de Sociologia e Política, sob orientação de Donald Pierson, intitulada *Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, em 1945. Somente em 2010 é que o referido trabalho foi editado, pela primeira vez, em formato de livro, com o título *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, pela Editora Sociologia e Política, sob a organização de Marcos Chor Maio. Embora esta obra específica não seja discutida ao longo da presente dissertação, vale mencioná-la pelo seu pioneirismo e originalidade. É o resultado de reflexões bem elaboradas de uma intelectual negra. Nas palavras de Marcos Chor Maio “*Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*” é um encontro bem sucedido da interdisciplinaridade (sociologia, antropologia e psicologia social) presente nos estudos da Escola Livre de Sociologia e Política. A socióloga Virgínia Bicudo é fruto desse processo desenvolvido nos anos 1940 e 1950. Arguta análise acadêmica associada à sensibilidade em questões sócio-raciais são as marcas de distinção de o estudo de Virgínia Bicudo” (Bicudo, 2010, p. 51).

sociedades que não partilhavam do mesmo modo de vida da civilização europeia; eram consideradas físicas e culturalmente inferiores. O *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1852, publicado em quatro volumes pelo conde francês Arthur de Gobineau), foi uma das principais obras de divulgação de tais teorias. O autor afirmava a supremacia da raça branca sobre as outras raças e a superioridade das/os arianas/os sobre os demais indivíduos brancos.⁷

Lilia Schwarcz (1993), ao tratar da “naturalização” das diferenças, em sua análise sobre a emergência do termo *raça*, destaca que este foi “introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (Schwarcz, 1993: 63).⁸ A referida autora aborda duas grandes escolas deterministas que se tornam influentes no século XIX: a *escola determinista geográfica* - com destaque para Friedrich Ratzel (1844-1904) e Henry Thomas Buckle (1821-1862) – e o *determinismo racial*, cuja perspectiva é influenciada pelo “darwinismo social” (ou “teoria das raças”), Essa segunda perspectiva é que interessa por ora ser destacada tendo em vista que, no dizer de Schwarcz (1993, p. 76).

Via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (Schwarcz, 1993, p. 77-78).

O sociólogo inglês Herbert Spencer (1820-1903), dentre outras obras, autor de *Lei e causa do progresso* (1857), foi considerado um nome de destaque na perspectiva do darwinismo social, ao afirmar que as características fenotípicas são indicadores que diferenciam os grupos humanos e a partir da divisão e organização

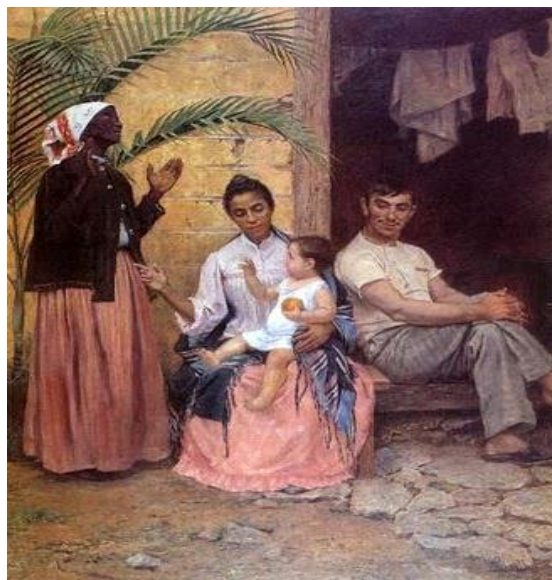
⁷ Segundo Ricardo Alexandre Santos de Sousa (2013), Gobineau “esteve no Brasil em missão diplomática no ano de 1869, quando foi designado ministro plenipotenciário da França na corte brasileira, o que corresponde atualmente ao cargo de embaixador. [...] Tudo fez na tentativa de escapar à incumbência de representar a França no Brasil, mas todo o seu esforço foi em vão. Com essa disposição de espírito, assumiu seu novo posto e, para sua surpresa, foi recebido pelo imperador brasileiro, D. Pedro II, de forma muito cortês” (Sousa, 2013, p. 21-22). O autor ainda acrescenta, tendo como fonte de referência o estudo *O inimigo cordial do Brasil do Brasil – o conde Gobineau no Brasil*, de Georges Raeders (1988), que ressalta que Dom Pedro II, “já havia lido as principais obras do conde e veio a tornar-se aos olhos de Gobineau ‘o príncipe mais inteligente e erudito que existiu’” (Raeders, G. *apud* Sousa, 2013, p. 22).

⁸ Em nota a esta afirmação, Schwarcz escreve: “O barão Georges L. C. Cuvier (1769-1832) deu continuidade aos trabalhos de sistematização empreendidos por Carl von Linné (1701-89). Linné elaborou em 1758 o *Systema naturae*, talvez a primeira grande obra de classificação de espécie – com suas correspondências na morfologia – e o conceito de raça” (Schwarcz, 1993: 334. Nota 8).

do trabalho é possível avaliar o estágio de evolução de uma sociedade. Corrobora, assim, para uma perspectiva evolucionista da sociedade (Ritzer, 2001, p. 141-181).

As teorias raciais tiveram eco no mundo inteiro; no Brasil, os pressupostos evolucionistas influenciaram alguns políticos e estudiosos, como Silvio Romero (1851-1914), a acreditarem que a miscigenação seria a solução para que o país se consolidasse como uma nação técnico-industrial. Uma das ilustrações mais conhecidas, que retratam a adesão de tal tese é “A redenção de Cam⁹” (1875), do pintor espanhol Modesto Broncos y Gómez (1852-1936), que se encontra no acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Redenção de Cam da década de 1875



Fonte: Modesto Broncos y Gómez (1852-1936)

Na obra, as mãos da senhora negra levantadas ao céu em agradecimento pelo fato de o neto ter nascido com a pele branca ilustram a miscigenação vista pela ótica da/o brasileira/o como algo positivo.

⁹Analogia do artista Modesto Broncos a passagem bíblica Gênesis 9: 1-29 que originou a justificativa da escravidão dos povos africanos. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/02/imagens/nossaherana02.jpg/view> Acesso em: 25 de jun. 2016.

Antônio Sérgio Guimarães é um dos vários estudiosos sobre a questão racial que destacam a importação de teorias racistas do século XIX no pensamento social brasileiro, que irão sustentar a tese do “embranquecimento” da população:

‘Embranquecimento’ passou a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização europeia, onde uma nova raça emergia) para absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer implicitamente a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. ‘Embranquecimento’ e ‘democracia racial’ são, pois, conceitos de um novo discurso racista (Guimarães, 1995, p. 39).

O projeto governamental de embranquecimento da população foi colocado em prática no final do século XIX por meio da imigração. O Estado brasileiro investiu na vinda de trabalhadoras/es estrangeiras/os, com algumas ressalvas.

De 1890 a 1908, o Brasil constitucionalmente impediu a vinda de africanos, asiáticos e outros considerados indesejáveis, seguindo uma tendência internacional apoiada por teorias eugênicas que ordenavam hierarquicamente raças superiores (brancas/arianas) e raças inferiores (negras/ asiáticas). Raça enquanto sistema de hierarquização social era um fator de manipulação política e econômica devidamente amparado pelo Estado através de políticas de imigração. Debates acalorados de cunho eminentemente racista tomavam conta das assembleias legislativas locais, em frontal contradição com o mito de democracia racial propagado aos quatro cantos do mundo (Gestão de políticas públicas em gênero e raça: Módulo I, 2010, p. 68).

Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte, aprovou a “lei de cotas” para controlar a entrada de imigrantes, mas o que estava por trás desse discurso era a restrição e proibição da vinda de algumas correntes imigratórias, em especial, japonesas/es e africanas/os. O artigo propunha:

Art. – Compete à lei federal regular a entrada de estrangeiros no país, estabelecendo as condições individuais do seu ingresso e favorecendo ou limitando as correntes imigratórias que forem julgadas úteis ou nocivas ao aperfeiçoamento da raça ou a outros interesses da nação (Aguiar, apud Endrica, 2009, p. 179)

Miguel Couto (1865-1934), médico e deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, pelo Distrito Federal, então Rio de Janeiro, era um dos defensores do sistema cotas da entrada de imigrantes. Segundo ele, a superioridade de algumas raças em detrimento de outras era inquestionável. Assim como outros parlamentares, propôs que fosse vetada a entrada de africanos/as e reduzida para 5% a vinda de nipônicos/as. Miguel Couto argumentava que a população japonesa possivelmente não contribuiria para a questão da mestiçagem, além de não serem

considerados/as brancos, pertenciam a uma nação imperialista. Já a população africana representaria o retrocesso para o país. A discussão gerou inúmeros debates no período do governo de Getúlio Vargas (Endrica, 2009).

Na primeira metade do século XX, o racismo institucionalizado alastrou-se para diversos âmbitos da sociedade. As ideias de raça e miscigenação tornaram-se problemáticas nos trabalhos de intelectuais brasileiros/os. Esses conceitos foram pensados por diferentes pontos de vista e debatidos no interior de instituições acadêmicas. A antropóloga Lilia Schwarcz (2010), evidencia duas linhas opostas de pensamentos sobre a questão racial nesse período, mas que concordam entre si a respeito da hierarquia existente entre grupos raciais. Assim, destaca como “autores emblemáticos” no debate sobre o tema Sílvio Romero (1851-1914) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). O primeiro “via a miscigenação como um fato contornável”; enquanto o segundo “foi responsável por um arraigado pessimismo”, tendo em vista sua argumentação de que “não haveria solução para um país de raças mistas e miscigenadas” (Schwarcz, 2010, p. 3).

Sílvio Romero, crítico literário da Escola de Recife, em *História da literatura brasileira* (1888), via na miscigenação uma forma de resolver os impasses da questão racial. A vinda de imigrantes brancos/os para o Brasil possibilitaria a purificação do sangue da população negra. A mistura desses grupos raciais juntamente com as taxas elevadas de mortalidade de negros/os devido as suas más condições de sobrevivência promoveriam o progresso do país. O médico antropólogo Nina Rodrigues, da Escola de Medicina da Bahia, argumentou em seus estudos sobre a inferioridade das raças negras e amarelas que a permanência de negros/os e mestiços/os em território nacional, representaria um atraso no desenvolvimento do Brasil, já que, a miscigenação resultaria em seres degenerados/as.

Segundo Renato Kehl (1889-1974), importante médico eugenista a partir dos anos 20 do século passado e autor de *Eugenia e medicina social* (1920) para que o Brasil se tornasse um país próspero não deveria haver casamentos mistos.

Esta proposta nós a apresentamos sem qualquer intuito nacionalista, nem qualquer preconceito de raça. Entendemos que a mestiçagem é dissolvente, desmoralizadora e degradante, prejudicando, portanto o espírito superior visando à procriação eugênica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem unir-se um homem branco com uma negra ou vice-versa. E o produto desse conúbio nasce estigmatizado

não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza [...] (Kehl, apud Diwan 2007, p. 134).

O pensamento social foi tão fortemente contaminado pelo racismo científico, que era prevista a extinção dos/as negros/as nesta sociedade. Reis (2011, p. 9) ressalta, “podemos dizer que, a construção de um Brasil “moderno” e “civilizado”, implicava, principalmente, a eliminação do “peso” secular da herança Africana”. O vaticínio do médico e cientista João Batista Lacerda (1846-1915), completou 100 anos em 2011. Ao participar do Congresso Internacional das Raças ocorrida em Londres, garantiu que esse era o tempo previsto para o desaparecimento total da população negra no país, porém, o censo de 2010 mostra o contrário, pois este grupo racial corresponde a 50,7% da população.

As teorias racistas adotadas no Brasil resultaram na implementação da política de branqueamento. No entanto, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1815-1982), em sua obra *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1995), discordava do pensamento sociológico predominante da época pelo fato dessas ideias não avançarem em direção à transformação nas condições de vida da população negra no país, integrando ao processo de desenvolvimento nacional. O autor inverte essa questão racial e utiliza a expressão “patologia social do branco brasileiro”. O/a próprio/a branco/a recusa a sua ancestralidade africana, ou seja, rejeita a formação étnica nacional a partir da mistura também da raça negra. O que esses autores denominavam por “problema do negro” seria o reflexo da patologia social do branco nesta sociedade (Souza, 2009). “O ideal de brancura (...), é uma sobrevivência que embaraça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional” (Ramos, 1995, p. 187).

Ramos, militante no movimento negro, direciona suas críticas aos/as intelectuais do Norte e do Nordeste, ao afirmar que nessas regiões os indivíduos de pele mais clara tendem a não se aceitar enquanto membros de um grupo de origem racial miscigenada. Dessa forma, para o autor fica evidente que os critérios utilizados pela sociologia científica para entender e resolver os problemas sociais no Brasil não passam da apropriação de modelos trazidos de outros países, reflexo da dependência psicológica dos indivíduos brancos brasileiras/os.

[...] as soluções para os problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas

estruturas regionais e nacionais; é indesejável o transporte acrílico e mecânico de soluções elaboradas em países desenvolvidos (Ramos apud Garcia, 1983, p. 113).

Em contrapartida, na tentativa de apagar as manchas deixadas pelo escravismo, alguns elementos que representavam o Brasil foram repensados. A partir dos anos de 1930, a/o mestiço/a é transferida/o de um patamar de desvalorização para outro de exaltação. Nesse cenário, é semeada a ideia de um país democraticamente racial. Na mesma década, o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), em seu livro *Casa Grande e Senzala* (1933), reconta a formação do país por outra ótica: retrata a contribuição da/os negras/os para a cultura brasileira de forma positiva, no entanto, mesmo admitindo as barbáries vivenciadas por esse grupo racial, ainda assim, desmerece os conflitos existentes no contato entre as raças ao descrever as relações entre escravizadas/os e senhoras/es.

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando nos seios das famílias patriarcais (Freyre, 2003, p. 435).

De acordo com Gomes (2002), na década de 1960, as relações raciais no Brasil passaram a ser estudadas a partir de uma nova perspectiva. Mesmo não havendo consenso entre os/as estudiosos/as do tema, esses/as pontuaram que os indivíduos negros se aproximam mais das camadas menos favorecidas. Nesse contexto, o mito da democracia racial passou a ser questionado.

O sociólogo Florestan Fernandes (1965), ressalta que ao contrário de algumas sociedades como, por exemplo, os Estados Unidos, no Brasil não existiram leis que segregaram negras/os de não negras/os, mas a configuração social por aqui foi extremamente perversa. Mesmo com a queda do modelo escravocrata, a instauração da república não alterou a hierarquia existente entre senhores/as e escravizados/as, o que permitiu a construção de uma crença na democracia racial.

Cabe destacar, também, a contribuição crítica de Clóvis Moura (1988) à concepção de “democracia racial”. Em *Sociologia do negro brasileiro* Moura dedica o terceiro capítulo da primeira parte do livro à discussão sobre a miscigenação e

democracia racial. Com o propósito de apontar o que é mito e o que é realidade, vai chamar atenção para o fato de a propagação de um ideário do Brasil como “a maior *democracia racial* do mundo” revela um grande equívoco, a saber: “Estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico) tentando-se, com isto, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes” (Moura, 1988, p. 61).

A ideologia de que o Brasil, por ser um país mestiço, valoriza e aceita as diferenças raciais, contribuiu por encobrir a verdadeira face do racismo. Muitas vezes, situações explícitas de ações discriminatórias são atenuadas por supostos equívocos ou meros enganos. Ricardo Franklin Ferreira (2002, p. 75) enfatiza que, “temos aqui o fértil terreno para a constituição do racismo silencioso, o peculiar racismo à brasileira - uma visão negativa do afrodescendente e um discurso contrário que tenta negá-la”. O autor afirma que a crença na “democracia racial” é vista como obstáculo para combater as práticas discriminatórias.

O racismo, assim como o sexismo, não se fazem presentes apenas na materialidade das condições objetivas de vida, mas também nos espaços simbólicos, nas produções artísticas, nas representações sociais, nos imaginários coletivos que respondem pelo conjunto de preconceitos e estereótipos, isso acarreta impactos negativos na construção da identidade dos sujeitos, em particular, das mulheres negras.

No próximo item discorreremos sobre as categorias gênero, raça e classes sociais a partir de estudos que evidenciam a necessidade de trabalhá-las de forma interdependente.

1.2 Estudos de Gênero e a interseccionalidade entre raça e classes sociais: alguns apontamentos

Na segunda metade do século XX, a categoria gênero aparece no campo teórico como um avanço da compreensão do caráter relacional entre os sexos feminino e masculino. Segundo as autoras Miranda e Schimanski (2014:71) “Gênero, enquanto categoria histórica e sociocultural, emerge justamente como conceito de análise para questionar esses espaços que definem os comportamentos de homens e mulheres baseados no sexo.” Até então, os movimentos de mulheres e movimentos feministas utilizavam a categoria “mulher”, no intuito de focalizar suas

demandas e particularidades e questionar a utilização do termo “homem”, construído historicamente como universal e não abrangendo as especificidades das mulheres.

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada (Pedro, 2005, p. 80).

Numa recuperação histórica, cabe lembrar que Olympe de Gouges (1748-1793), em sua Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, já denunciara o pretenso universalismo dos direitos por meio de uma nova Declaração, desta feita reescrita do ponto de vista feminino, fazendo frente a uma “conotação parcial do sujeito masculino”, presente na Declaração de 1789. Segundo Angela Groppi (1995), “a Declaração dos direitos da mulher reescrita por uma mulher contempla a co-presença política e social de homens e mulheres e uma igual dignidade para os dois sexos” (Groppi, 1995, p. 13).

Porém, a categoria “mulher” é controversa, posto que as reivindicações apresentadas não supriam as necessidades de todas as mulheres. Muitas das situações vividas por mulheres negras, por exemplo, diferenciavam-se das experiências das mulheres brancas. O fato de trabalhar fora de casa e deter uma carreira, não era necessariamente visto pelas mulheres, sobretudo as negras, como uma libertação, pois isso já fazia parte do seu cotidiano; muitas eram o alicerce financeiro de suas famílias. Sueli Carneiro (2003) atenta para essa questão, chamando atenção para a categoria raça como elemento de interseção com a dimensão de gênero:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (Carneiro, 2003, p. 119).

No debate era evidente que existiam diferenças dentre as mulheres. Dessa

forma, foi possível constatar que não existia “a mulher” como categoria universal, mas mulheres com suas respectivas especificidades. A identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Mesmo assim, não era possível negar que as desigualdades entre os sexos existiam. De acordo com Joana Maria Pedro (2005) “a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam nas várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus (Pedro, 2005, p. 83).

No campo das Ciências Sociais e outras áreas do conhecimento foram candentes as discussões em torno da temática, o que contribui para que os estudos de gênero, que visavam desnaturalizar as relações entre mulheres e homens, ganhasse espaço.

Gênero é definido por Joan Scott (1990, p. 14) como “(...) um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder (...)”, ou seja, na organização social, as diferenças entre os sexos são ponto de partida para a construção de papéis que mulheres e homens desempenham.

Na segunda metade do século XX, Simone de Beauvoir (1973, p. 73), discorre com primazia sobre o exercício social imposto aos sexos. Ao retomar a teoria do materialismo histórico e dialético, a escritora reafirma que a humanidade não age passivamente à presença da natureza, portanto, segundo a autora, a mulher não pode ser associada unicamente à sexualidade. “(...) a consciência que a mulher adquire de si mesma (...) reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade”. Deste modo, a autora deixa nítido que a transição do regime comunitário para a propriedade privada possibilitou identificar que os papéis sociais da mulher e do homem não se construíram de forma simétrica. No plano social, o masculino sobressai ao feminino devido a uma série de significados sociais que são conferidos a esses termos.

Heleieth Saffioti (1992, p. 210) considera que cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe e raça. A historiadora Joan Scott (1990), relatou em seus estudos que parte das pesquisadoras feministas ressaltava a importância da articulação de três categorias referidas:

[...] a gênero assinalavam primeiro o compromisso do (a) pesquisador(a) com a história que incluía a fala dos(as) oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses(as) pesquisadores(as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas (Scott, 1990, p. 4).

Por mais que a litania dessas três categorias sugerisse uma similitude entre elas, o fato é que esses eixos não apresentam estatuto equivalente. De acordo com Scott (1990), a categoria classe tem sua base na elaboração teórica de Marx e de seus desenvolvimentos posteriores no que se refere a determinação econômica e transformações históricas, já raça e gênero não se vinculam a tais associações.

Joan Scott (1990) sugere que o conceito de gênero deva ser reestruturado para que as relações de poder possam ser mais compreendidas e modificadas. Considera ainda que a igualdade política e social não está ligada diretamente apenas ao sexo, mas também às dimensões de classe e raça. No mesmo viés, Saffioti (2009), endossa a importância de dar visibilidade às relações entre sexismo e racismo, afirmando que ambos estão historicamente imbricados em um enovelado de complexidades (Saffioti, 2009, p. 27):

Na gênese do escravismo constava um tratamento distinto dispensado a homens e a mulheres. Eis porque racismo, base do escravismo, independentemente das características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo. Quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta, já que dispõem, em média, de mais força física que as mulheres, sendo, ainda, treinados para enfrentar perigos. Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. Aí estão as raízes do sexismo, ou seja, tão velho quanto o racismo (Saffioti, 2009, p. 27).

No contexto norte-americano, um grupo de feministas negras propuseram que as discriminações de gênero fossem analisadas por meio de uma perspectiva interseccional, ou seja, a luta contra a violação de direitos deve considerar a maior vulnerabilidade na qual as mulheres negras estão expostas, pois nesse caso, as desigualdades de gênero, raça e classe além de se entrecruzarem também se

potencializam (Crenshaw, 2002)¹⁰.

Helena Hirata (2014), no artigo “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, ao discutir a categoria da interseccionalidade a partir de Crenshaw destaca que esta autora

[...] propõe a subdivisão em duas categorias: a ‘interseccionalidade estrutural’ (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências) e a ‘interseccionalidade política’ (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor) (Hirata, 2014, p. 62).

O cerne do conceito de interseccionalidade é evidenciar que as mulheres experimentam as experiências de opressão de maneiras e em graus variáveis, embora o gênero seja a base comum da opressão, existem outros dispositivos de desigualdades que funcionam como vetores de opressão e privilégios, como por exemplo, raça, classe e orientação sexual.

A vinculação da ideologia com poder permite que um grupo dominante controle os demais grupos a partir da criação da política da diferença que se torna uma ferramenta para justificar os dispositivos de opressão, ou seja, no campo social, em vez de as diferenças entre as pessoas serem tomadas como fonte de diversidade, quem domina atribui a essa multiplicidade aspectos puramente negativos.

Em distintas sociedades, ser homem, heterossexual, branco e economicamente estável é uma ideologia que garante a esse grupo dominante privilégios que outros sujeitos pertencentes aos grupos ditos minoritários não têm e nunca tiveram. A interseccionalidade não denuncia apenas as múltiplas opressões geradas pelas desigualdades históricas, mas também reconhece nas experiências específicas dos grupos desfavorecidos as estratégias para afrontar e sobreviver às injustiças. De um ponto de vista pragmático, o conceito de interseccionalidade é útil para defender a necessidade de organização e protesto da comunidade oprimida.

Recorrendo novamente ao texto Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais (2014), cabe transcrever a definição de

¹⁰ Helena Hirata chama atenção para o fato de que “a problemática da “interseccionalidade” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs” (Hirata, 2014, p. 62).

interseccionalidade pela síntese da canadense Sirma Bilge (2014), citada por Hirata:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70 apud Hirata, 2014, p. 62-63).¹¹

No Brasil, a necessidade da articulação entre as três categorias – gênero, raça e classe - ganhou destaque e foi amplamente discutida. A autora Sueli Carneiro (2003), argumenta a sua importância:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Carneiro, 2003, p. 49).

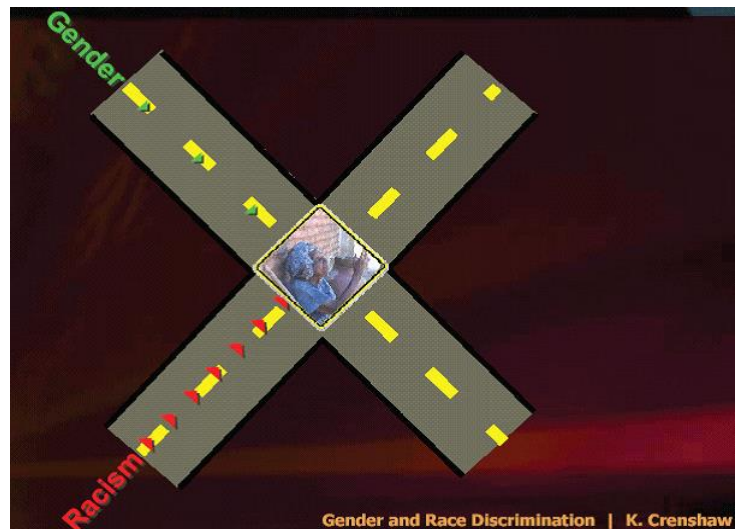
A vilipendiação dos direitos das mulheres negras implica numa análise mais aprofundada da articulação dos três eixos - gênero, raça e classe - na tentativa de combater as diversas formas de desigualdade. Por isso, a perspectiva interseccional se faz tão necessária. A autora Kimberlé Crenshaw (2002), para explicar a relação entre racismo, patriarcado e luta de classes, faz uma analogia com o cruzamento de avenidas. A imagem construída por ela permite visualizar que o fluxo dos tráfegos define a potencialidade das opressões sofridas pelo indivíduo, ou seja, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Como mostra a figura adiante, duas ruas seguem em direções opostas, mas

¹¹A publicação de Sirma Bilge, à qual Hirata se refere é “Théorisations féministes de l'intersectionnalité”. *Diogenes*, 1 (225): 70-88.

cruzam-se ao meio onde está a imagem de uma mulher negra. Ao nomear uma rua de discriminação racial e a outra de discriminação por gênero observa-se que “os carros que trafegam na interseção, representa a discriminação ativa, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero.” (Crenshaw, 2002, p. 11).

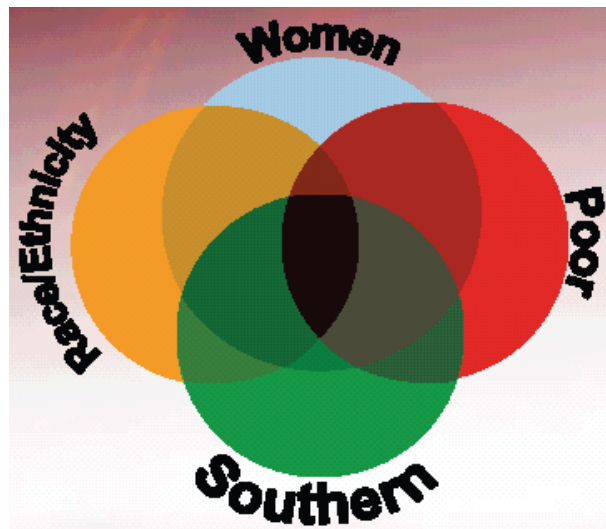
Figura 2 - Discriminação de gênero e raça



Fonte: Kimberlé Crenshaw, 2002

Nesse contexto, nem sempre os grupos de pessoas podem ser compreendidos isoladamente. Nota-se que a sobreposição do grupo das mulheres com o das pessoas negras e o das pessoas pobres resultará em um encontro central. Como aponta Crenshaw (2002, p. 10), a interseccionalidade não acontece por acaso “são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos” (Crenshaw, 2002, p. 10).

Figura 3 - Grupos sobrepostos



Women = Mulheres
 Poor = Pobres
 Southern = Sulistas
 Race/Ethnicity = Raça/Etnicidade

Fonte: Kimberlé Crenshaw, 2002

Cabe aqui, entretanto, uma breve digressão que atenta para a noção de consubstancialidade, fartamente discutida pela socióloga francesa Danièle Kergoat (2010). Os conceitos de *consubstancialidade das relações sociais* e de *coextensividade* – que Kergoat aponta como sendo a “propriedade essencial” da consubstancialidade – emergem como contraponto crítico à noção de interseccionalidade. Um dos pontos de partida de Kergoat é a argumentação de que “toda relação social é (...) uma relação conflituosa (2010, p. 94). Nesse sentido, a autora defende a tese de que

[...] as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

O cerne da crítica de Kergoat (2010) ao conceito de interseccionalidade está no apontamento da “fixidez” desse conceito. Nesse sentido, a autora francesa argumenta que “a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais dentro das quais foram construídas” (Kergoat, 2010, p. 98). Dessa maneira, entende que

“trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistências” (Kergoat, 2010, p. 98). A produção de tal crítica parte da ideia de que “nenhuma relação é primordial ou tem prioridade sobre outra” (Kergoat, 2010, p. 99).

Porém, há um ponto de aproximação entre as perspectivas de consubstancialidade e interseccionalidade, que interessa particularmente ao tema central da presente dissertação, que é o fato de ambas se voltarem contra a visão generalizadora do olhar de um feminismo predominante na primeira metade do século XX sobre a categoria mulher a partir do modelo europeu ocidental da mulher branca, conforme foi apontado em parágrafos anteriores da presente seção a partir do olhar de Sueli Carneiro (2003).

As discussões do conceito de gênero no interior do movimento feminista já geraram divergências. Donna Haraway (1991) ao fazer um apanhado histórico sobre essa categoria de análise apontou algumas críticas em relação ao binarismo presente em determinados discursos e propôs a importância da utilização das múltiplas relações existentes entre corpo, gênero e sexualidade para que houvesse a desconstrução de que o corpo é de ordem natural para entendê-lo em um contexto de inserção sócio-histórica.

Nesse sentido, passam a ser considerados os aspectos culturais, sociais e raciais como partes da construção das experiências vivenciadas pelas mulheres.

A experiência da opressão é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista (Bairros, 1995, p. 461).

Ou seja, não há uma dominação/exploração potencializada, mas sim uma situação específica.

Nos últimos anos, a categoria raça vem se destacando nos estudos de gênero, no entanto merece mais espaço nos debates teóricos brasileiros. No país, as questões raciais ainda enfrentam dificuldades de aceitação devido à credibilidade ainda dada ao mito da democracia racial.

Nesse contexto, Guerreiro Ramos (1995), um dos precursores das leituras

brasileiras sobre a articulação entre gênero e raça, do ponto de vista de uma perspectiva culturalista, afirma que a mulher negra era exaltada pelo branco apenas no campo sexual, assim como foi exposto por Freyre:

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada, aliás, às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f... negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual da mulata (Freyre, 2003, p. 71).

Guerreiro Ramos, porém, em seu artigo “O negro desde dentro”¹², analisa os valores predominantes do europeu colonizador associando tal valorização à questão racial. Desse modo, aponta para o fato de que enquanto todos os significados pejorativos estiverem associados à cor negra, estará apenas a brancura associada aos símbolos positivos do “belo”, do “sublime” e do “excelso”. Ainda aponta que o próprio/a negro/a, por sua vez, age como cidadão/a aculturado ou assimilado. Para Guerreiro Ramos “a beleza negra vale intrinsecamente e não como alienada”, além de se constatar que “o que confere positividade à negrura não é uma reivindicação racial, mas sim uma reivindicação objetiva” (Ramos, 1995, p. 244).

Nesse sentido afirma que o vínculo da beleza negra ao folclórico, ao popular, ao ingênuo e ao exótico nada mais é do que uma atitude de “preconceito inconsciente” daqueles/as que rejeitam a aceitação de tal beleza. Guerreiro Ramos mantém uma posição contrária à aculturação do/a negro/a, isto é, contrária a sua submissão ao padrão europeu predominante. Para exemplificar, cabe fazer uma referência à sua análise sobre a temática do/a negro/a na poesia ao verificar que, de maneira geral, a negrura é ressaltada de forma subalterna, principalmente em relação à mulher, apresentada em “termos dionisíacos” e como “objeto de prazer”, conforme pode ser verificado em versos de poetas como Vinícius de Moraes, Mário de Andrade, Jorge de Lima e Nicolas Guillén.

As mulheres negras, que fogem ao padrão construído socialmente para a mulata, exercem papéis hierarquicamente inferiorizados na sociedade. Além do servilismo, que de forma naturalizada lhes é atribuído, são classificadas como “mãe

¹² Publicado originalmente na revista Forma, n. 3, de outubro de 1954, “O negro desde dentro” foi incorporado à edição de Introdução crítica à sociologia brasileira, de 1957, reeditada em 1995 (Ramos, 1995).

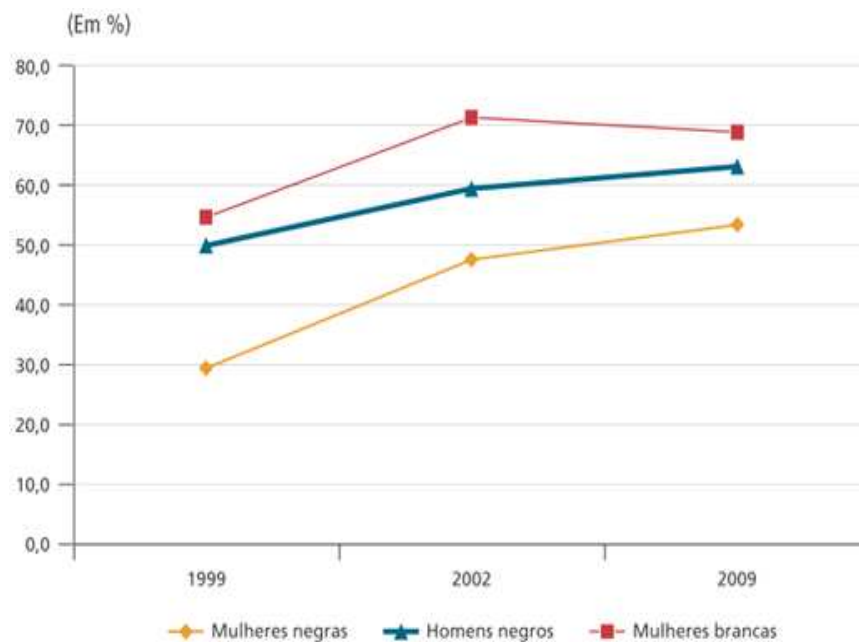
preta”, a mulher que sempre está disposta a acolher as/os demais¹³.

No pós-abolição, o trabalho servil adquiriu outra roupagem, a tarefa mais comum exercida pelas mulheres negras foi e continua sendo o serviço doméstico. Em 2013, uma pesquisa divulgada pela Organização Internacional do Trabalho, afirmou que o Brasil é o país que mais emprega trabalhadoras/es no setor, em todo o mundo. “(...) a centralidade do trabalho doméstico na história econômica do Brasil refere-se ao fato de esta ser a principal profissão até hoje exercida majoritariamente por mulheres negras, num contingente atual de sete milhões de trabalhadoras” (Werneck, 2013, p. 81).

Esta discrepância é o reflexo da experiência histórica diferenciada vivida pelas mulheres negras, portanto, a hierarquia das relações de gênero e raça existentes no período colonial não desapareceu e revela as suas marcas nos dias atuais. Os debates e iniciativas promovidos pelo movimento de mulheres negras e instituições públicas contribuem consideravelmente para a reflexão sobre a situação de vulnerabilidade em que a maior parte das mulheres negras está inserida. No entanto, por mais que tenham se ampliado as políticas públicas de caráter afirmativo, as estatísticas revelam que estas mulheres ainda estão confinadas em patamares inferiores dos estratos sociais. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com secretarias do governo e órgãos não governamentais, divulgou o Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (Marcondes et al., 2013). No Gráfico 1, reproduzido abaixo, o estudo evidencia a permanência do quadro de desigualdades sociais dos homens brancos em relação aos homens negros, mulheres brancas e principalmente às mulheres negras.

¹³ Gilberto Freyre (2003), em *Casa-grande & senzala*, faz referências à preferência dos senhores de engenho pelas escravas na amamentação de seus filhos no lugar das suas próprias mulheres, por acreditarem que as mulheres negras eram mais saudáveis e, conseqüentemente, o seu leite mais forte. Daí a tradição da figura da “ama-de-leite”: “A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra”. Citando Dr., Francisco da Fonseca Henriques, médico célebre português do século XVIII, aponta que esse alegava que “além de serem mais sanguíneas, convertem melhor o alimento em sangue e em leite, á maneira da terra, que quanto mais é negra, tanto é mais fértil” (Freyre, 2003: 444). A figura da “mãe preta” está presente também numa canção popular de título homônimo, composta por Caco Velho (Matheus Nunes) e Piratini (Antônio Amabile) na década de 1930, trazendo os seguintes versos: “Velha encarquilhada / Carapinha branca / Gôndola de renda / Caindo na anca / Embalando o berço / Do filho do sinhô / Que há pouco tempo / A sinhá ganhou / Era assim que mãe preta fazia / Criava todo branco / Com muita alegria / Enquanto na senzala / Seu bem apanhava / Mãe preta mais uma lágrima enxugava / Mãe preta, mãe preta / Mãe preta, mãe preta / Enquanto a chibata / Batia em seu amor / Mãe preta embalava / O filho branco do sinhô”.

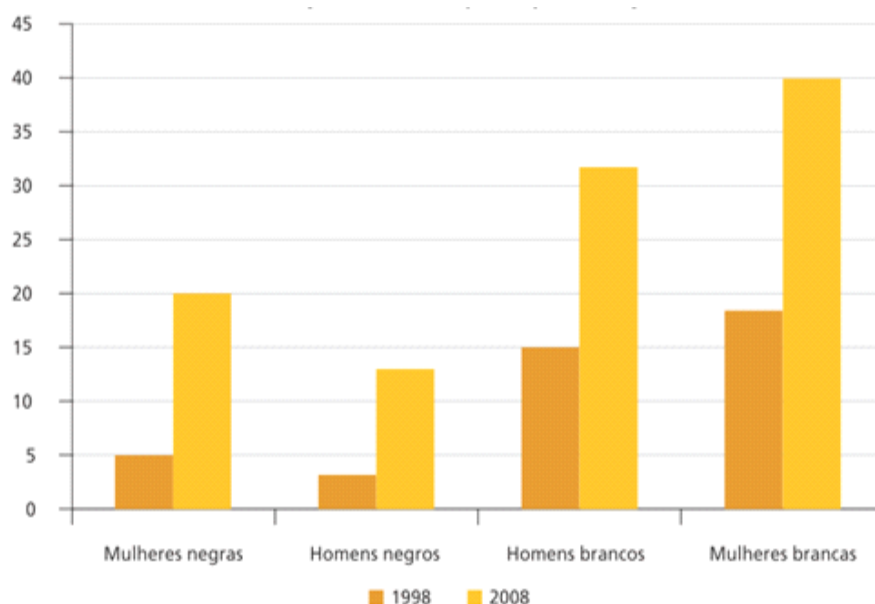
Gráfico 1 - Diferencias do rendimento mensal do trabalho principal com relação ao homem branco (população ocupada) Brasil (1995-2009)



Fonte: Dossiê Mulheres Negras. IPEA, 2013.

Um dos pontos principais para a análise das desigualdades é o mercado de trabalho, por este estar ligado ao contexto educacional. O Gráfico 2, a seguir, apresenta a taxa de escolarização nacional no ensino superior de acordo com as variáveis cor/raça e sexo.

Gráfico 2 - Taxa de escolarização no Ensino Superior, por cor/raça e sexo



Fonte: Dossiê Mulheres Negras. IPEA, 2013.

O mercado de trabalho brasileiro é considerado um espaço excludente desde a sua formação, segundo Mário Theodoro (2008):

O mercado de trabalho livre no Brasil foi, assim, moldado por uma política de imigração, cuja perspectiva era mais do que uma simples estratégia de mão-de-obra. A imigração, favorecida por taxas e subvenções, em detrimento de mão-de-obra nacional, era parte de um projeto de nação de embaquecimento uma de suas mais importantes estratégias. O mercado de trabalho nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para uma parte significativa da força de trabalho (Theodoro, 2008, p. 39).

Florestan Fernandes e Roger Bastide publicaram *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, em 1955. De acordo com os sociólogos, dos resquícios deixados pela escravidão aos libertos/as, destaca-se a deformação dos indivíduos. Os obstáculos oriundos da falta de acesso à educação e à assistência dificultaram os/as negros/as de ingressarem no mercado de trabalho livre, o que posteriormente prejudicaria a sua mobilidade social. “A escravidão degradará a tal ponto o seu agente humano de trabalho, que tornará a sua recuperação econômica extremamente penosa, difícil e demorada” (Fernandes, 1955, p. 52)¹⁴.

¹⁴ O livro *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* foi publicado pela Anhembi, em 1955. Mais tarde, em 1959, seria modificado e republicado com o título “*Brancos e negros em São Paulo*”, pela Companhia Editora Nacional. A edição mais recente data de 2008 (4ª. edição, São Paulo: Global Editora), mantém o título

Além disso, o racismo e o regime escravocrata foram elementos pontuais na redefinição da sociedade de classes, como apontam as reflexões de Octávio Ianni (1988):

Tanto em nível ideológico como no das relações econômicas, por exemplo, o negro liberto e os seus descendentes carregam uma espécie de experiência negativa, a experiência escrava e os próprios brancos não estariam livres dessa experiência, em termos ideologicamente negativos ou positivos (Ianni, 1988, p. 144).

Por mais que a desestruturação do regime servil tenha definido os/as ex-escravizados/as como os novos sujeitos sociais, ainda assim, esses indivíduos permaneceram à margem da sociedade. “A discriminação racial foi definida como dimensão do preconceito de castas e, posteriormente, de classe, ponto fundamental que permitiu entender a preservação do critério raça após a escravidão” (Ianni, 1962, p. 265). O autor enfatiza que quando os/as negros/as se inseriam no mercado de trabalho, assumiam funções menos valorizadas, as quais eram recusadas pelos/as brancos/as. “O negro e o mulato passaram a ser discriminados como ex-escravos, como trabalhadores não qualificados, como aqueles que deveriam ficar trabalhando nas ocupações rejeitas pelos brancos” (Ianni, 1988, p. 146).

Para Hasenbalg (1983), o fim do regime escravocrata impediu o ajuste econômico e social dos/as ex-escravizados/as, o que resultou sua ocupação no menor patamar da hierarquia socioeconômica. Os resquícios da escravidão ainda se reproduzem nas relações entre os grupos raciais, no entanto, as práticas racistas contraíram novos significados após a abolição e se manifestam no presente. As

“Brancos e negros em São Paulo” e apresenta o subtítulo “ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”. Na sinopse da edição mais recente do livro está registrado *Brancos e negros em São Paulo* se apresentam, até os dias de hoje, como um texto-chave para a compreensão dos meandros que constituíram as formas de discriminação racial no país. O estudo de Bastide e de Fernandes inova ao adotar instrumentos teórico-metodológicos da sociologia crítica para o enfrentamento de uma questão premente do desenvolvimento do país: a inserção do negro na ordem social capitalista brasileira. Representações coletivas sobre o negro, bem como pesquisas de campo a respeito das posições que eles assumiram na sociedade paulistana, são minuciosamente interpretadas pelos dois estudiosos. No atual estágio acalorado de debates sobre as cotas raciais, onde os argumentos anti-racistas universalista e diferencialista se contrapõem, *Brancos e negros em São Paulo* reaparece oferecendo uma análise criteriosa e desafiadora a respeito de um dos principais nós históricos da formação brasileira” (Bastide e Fernandes, 2008). Cabe destacar, de autoria solo de Florestan Fernandes, as obras “A integração do negro na sociedade de classes”, esta publicada originalmente em 1965, cuja edição mais recente data de 2008 (Global Editora) e está dividida em dois volumes, com os respectivos subtítulos: “Ensaio de interpretação sociológica” (volume 1) e “No limiar de uma nova era” (volume 2) e outra, intitulada “O negro no mundo dos brancos”, foi publicada originalmente em 1972 (DIFEL) e posteriormente, em 2007 (Global Editora) que, nos termos do próprio Florestan, “reúne vários escritos, publicados em períodos diferentes. A maioria foi redigida entre 1965 e 1969. No entanto, alguns foram elaborados em época mais distante (em 1942 e 1943 ou em 1951 e 1958). O tema central e dominante consiste sempre na situação do negro e do mulato na sociedade brasileira, vista a partir de São Paulo” (Fernandes, 2007, p. 25).

práticas discriminatórias raciais inferiorizam os segmentos negros da população, em particular, as mulheres negras. “O racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos” (Carneiro, 2003, p. 119).

Em contrapartida, no cenário atual fica cada vez mais evidente a universalização das políticas públicas de ações afirmativas na área educacional. No entanto, por mais que haja um avanço para os/as negros/as, as desigualdades categoriais ainda persistem. As políticas de acesso ao ensino superior com recorte racial impactaram de forma positiva na educação das mulheres negras, mas “a despeito do crescimento nas oportunidades educacionais, persistem as desigualdades entre as categorias raciais e de gênero no Brasil, o que, por fim, resulta em desvantagens no posicionamento das mulheres negras na estratificação social” (Lima; Rios; França, 2013, p. 61).

A tabela 1, apresenta dados nacionais, dos períodos de 1999, 2002 e 2009, acerca das diferenças percentuais do rendimento mensal do trabalho principal pelas variáveis sexo e raça. Os dados apresentados abaixo revelam a situação desfavorável em relação às mulheres negras.

Tabela 1 - Diferenças percentuais do rendimento mensal do trabalho principal com relação às variáveis sexo e raça (1999, 2002 e 2009)

Posição na ocupação	Sexo / raça	1999	2002	2009
Funcionário público e militar	Mulheres negras	43	45	46
	Mulheres brancas	67	73	67
	Homens negros	67	73	67
Empregado com carteira assinada	Mulheres negras	55	60	65
	Mulheres brancas	75	80	76
	Homens negros	73	76	77
Empregado sem carteira assinada	Mulheres negras	60	69	90
	Mulheres brancas	75	86	97
	Homens negros	68	69	90
Conta própria	Mulheres negras	29	33	38
	Mulheres brancas	57	63	63
	Homens negros	51	55	61
Empregador	Mulheres negras	50	47	56
	Mulheres brancas	83	67	80
	Homens negros	43	53	60

Fonte: Dossiê Mulheres Negras. IPEA 2013)

Como observado na tabela anterior, as categorias gênero/raça influenciam diretamente no que tange ao rendimento mensal. Mesmo considerando os níveis educacionais mais elevados das mulheres, ainda assim, essas recebem salários menores que os homens de seu grupo de cor. Entretanto, o grupo mais desfavorecido é o das mulheres negras que de forma geral não consegue converter seu nível escolar à posição ocupada no mercado de trabalho, sendo representadas nos cargos de menor prestígio. Dessa forma, salienta-se que:

[...] a herança de piores condições socioeconômicas bem como padrões culturais e valorativos que designam determinados papéis aos indivíduos continuam a operar nos processos de estratificação nos quais negros e mulheres são alocados em posições subalternas. Mesmo os avanços educacionais não foram suficientes para eliminar os padrões de desigualdades categoriais que se reproduzem, principalmente no que tange a espaços de poder e posições de alto *status* (Lima; Rios; França, 2013, p. 61).

Todavia, por mais que os processos múltiplos de exclusão tenham tolhido os

direitos civis e sociais das mulheres negras, estas não podem ser confinadas num quadro de vitimização.

Para o enfrentamento de situações conflituosas geradas a partir da diáspora africana, na qual as mulheres negras ainda são expropriadas do seu papel de sujeitos identitários e políticos construídos no decorrer da história, o movimento de mulheres negras criou estratégias de luta no combate ao sexismo e ao racismo.

CAPÍTULO 2. TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL: SUAS LUTAS E CONQUISTAS

Nesse capítulo, discorreremos sobre a luta das mulheres negras no Brasil e seu impacto na construção da própria subjetividade dessas mulheres, perpassando pela trajetória do feminismo negro e como os estudos referentes às mulheres negras vêm sendo evidenciados nos estudos de gênero Brasil.

Se já existem pesquisas que exploraram a participação da mulher negra nos movimentos de resistência no período da escravidão, o mesmo não se pode dizer para o período do pós Abolição. Como a mulher negra participou da luta anti-racista nesse período? Trata-se de uma lacuna que precisa ser preenchida (Domingues, 2007, p. 347).

O intuito é mostrar que as mulheres negras por mais que tenham sido colocadas à margem da sociedade sempre estiveram em movimento pela afirmação de seus direitos e ocupação dos espaços de disputa de poder.

2.1 Os estudos de gênero e o feminismo negro: *nossos passos vêm de longe*

É inquestionável que os estudos de gênero foram importantes para a denúncia de como são abusivas as relações sociais baseadas na anatomia dos sujeitos construídas no decorrer da história humana, especificamente na visão ocidental. No entanto, no interior das discussões de gênero cabem alguns questionamentos relevantes, tais como os levantados por Sueli Carneiro (2003):

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

[...] Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando?

[...] Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (Carneiro, 2003, p. 51).

As indagações perpetradas por Sueli Carneiro (2003) despertam reflexões acerca do feminismo no Brasil. Kia Lilly Caldwell (2000, p. 91) aponta que, “ao contrário dos estudos feministas nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá, a maioria dos estudos feministas brasileiros não reconheceu a importância da raça e das diferenças raciais na constituição dos gêneros e das identidades das mulheres”.

Por mais que o movimento feminista tenha nascido para combater os padrões tradicionais de comportamento historicamente construídos para as mulheres, pressupõem-se que esse discurso seja reproduzido apenas para as classes elitizadas, visto que, a permanência das mulheres nos espaços privados e o papel social atribuído, até o século XX, de mãe e cuidadora dos afazeres domésticos diferenciava-se do papel social e das funções desempenhadas pelas mulheres negras e pobres. Foram várias as formas organizativas criadas pelas mulheres negras para resistir às opressões de gênero, no entanto, “(...) tais ações precederam a criação do feminismo e seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível” (Werneck, 2009, p. 80).

A médica e pesquisadora Jurema Werneck (2008) observa que o sincretismo religioso possibilitou o surgimento de irmandades femininas negras. As articulações políticas eram realizadas no interior dos rituais cristãos e foram extremamente importantes na luta contra o sistema escravocrata. Nas palavras da autora, “(...) propiciaram ações e estratégias políticas de massa, como as revoltas urbanas. Algumas destas são atuantes até hoje, como a Irmandade da Boa Morte, no interior da Bahia” (Werneck, 2008, p. 79).

No Brasil, umas das formas de resistência mais conhecidas foram os quilombos; embora pouco mencionados, Werneck afirma que as lideranças femininas sempre estiveram presentes nesses campos de luta. No caso de Palmares, o mais famoso, quilombo, liderado por Zumbi, localizado na Serra da Barriga em Alagoas, que abrigava milhares de pessoas, principalmente, africanas/os, afrodescendentes e indígenas.

É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, pistas da participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência (Werneck, 2008, p. 81).¹⁵

¹⁵ “Aqualtune: filha de um rei do Congo, viveu no século XVII. Comandou um exército de dez mil homens quando os Jagas invadiram o seu reino. Derrotada, foi levada como escrava para um navio negreiro e desembarcada em Recife. Obrigada a manter relações sexuais com um escravo, para fins de reprodução, já grávida foi vendida para um engenho de Porto Calvo, onde pela primeira vez teve notícia de Palmares. Nos últimos meses de gestação organizou a sua fuga e a de alguns escravos para aquele quilombo. Começou, então, ao lado de Ganga Zumba, seu filho, a organização de um Estado negro, que abrangia povoados distintos, confederados sob a direção suprema de um chefe. Aqualtune liderou o mocambo que levava seu nome e lá também teve filhas, a mais velha das quais, chamada Sabina, deu-lhe um neto, nascido quando Palmares se preparava para mais um ataque holandês” (Gonçalves, 2011, p. 8). “Acotirene: Diz-se que ela chegou à Serra da Barriga antes mesmo de Ganga-Zumba e assumir o poder. Era a matriarca do Quilombo dos Palmares e exercia a função de mãe e conselheira dos primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos. Quando Ganga Zumba assumiu o

No mesmo período, podemos destacar a organização da população negra na atuação em várias revoltas, por exemplo, na Revolta do Malês, uma mobilização de escravizados/as de origem islâmica, ocorrida na noite de 24 para 25 em janeiro de 1835, na cidade de Salvador no estado da Bahia. Sua protagonista foi Luiza Mahim¹⁶.

No pós-abolição, a bandeira de luta das mulheres negras é erguida em outra direção. A resistência não é mais direcionada ao regime escravista, mas à equidade racial. Em 1908 foi fundada a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, em Pelotas e em 1925, a Sociedade Brinco das Princesas, em São Paulo. Faziam parte da composição desses grupos apenas mulheres negras (DOMINGUES, 2007: 104).

Embora o padrão androcêntrico presente na sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, impusesse regras de comportamento para as mulheres e castigasse as que desrespeitassem as normas vigentes, existiam aquelas cuja posição social ocupada possibilitava transgredir as imposições da época.

Se por um lado, os espaços privados representavam o núcleo de convívio das mulheres pertencentes às camadas mais abastadas e submissas aos valores impostos, por outro, fazia parte do cotidiano das pobres e/ou negras, a utilização dos espaços públicos para adquirirem o seu sustento.

poder, Acotirene não perdeu a função de conselheira. Era sempre consultada sobre todos os assuntos, desde as questões familiares, até as decisões político-militares. Acotirene aparecia aos chefes quilombolas para orientá-los nas dificuldades ou nas decisões a serem tomadas" (Gonçalves, 2011, p. 8-9). Mariana Crioula "viveu em Paty do Alferes, distrito da Vila de Vassouras, região do Vale do Paraíba – Rio de Janeiro. Era Mucama e costureira de Francisca Xavier, senhora das fazendas cafeeiras Maravilha e Freguesia. E embora fosse casada com o negro José, escravo que trabalhava na lavoura, vivia na casa-grande. Em 5 de novembro de 1838 se deu a maior fuga de escravos da história fluminense, e o foco principal estava na fazenda Maravilha. A fuga fora liderada pelo ferreiro Manuel Congo, que levou consigo negros das fazendas vizinhas inclusive da fazenda Freguesia, onde vivia Mariana. Esta juntou-se, então, aos fugitivos tomando a direção do grupo, no qual ficou conhecida como a rainha do quilombo, fazendo par com Manuel Congo, o rei". (http://criola.org.br/?page_id=438).

¹⁶Luiza Mahin: "Africana guerreira, teve importante papel na Revolta dos Malês, na Bahia. Além de sua herança de luta, deixou-nos seu filho, Luiz Gama, poeta e abolicionista. Pertencia à etnia jeje, sendo transportada para o Brasil, como escrava. Outros se referem a ela como sendo natural da Bahia e tendo nascido livre por volta de 1812. Em 1830 deu à luz um filho que mais tarde se tornaria poeta e abolicionista. O pai de Luiz Gama era português e vendeu o próprio filho, por dívida, aos 10 anos de idade, a um traficante de escravos, que levou para Santos. Luiza Mahin foi uma mulher inteligente e rebelde. Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século XIX. Participou da Grande Insurreição, a Revolta dos Malês, última grande revolta de escravos ocorrida na Capital baiana em 1835. Luiza conseguiu escapar da violenta repressão desencadeada pelo Governo da Província e partiu para o Rio de Janeiro, onde também parece ter participado de outras rebeliões negras, sendo por isso presa e, possivelmente, deportada para a África" (http://criola.org.br/?page_id=430)

Quando da chegada ao Novo Mundo, o trabalho nas ruas como doceiras, quitandeiras, lavadeiras, cozinheiras, prostitutas fez com que seus códigos nas ruas se mantivessem vinculados ao universo das ruas. Dentro das brechas produzidas no interior da sociedade escravista, as africanas e seus descendentes criaram inúmeras estratégias de sobrevivência por intermédio da recriação do protagonismo feminino na condução das trocas culturais. (Côrtes apud Moreira, 2007, p. 27).

Diante desse contexto, as mulheres negras começaram a criar vínculos dentro dos espaços públicos e esta sociabilização proporcionou o surgimento de espaços privados liderados por elas, por exemplo, a disseminação de novos terreiros.

[...] por estarem exercendo atividades nas ruas e participarem na formulação de grupos culturais que resultavam em expressão de liderança, essas mulheres tinham a capacidade de formar famílias que não eram ligadas por laços consanguíneos, mas sim por afinidades culturais e religiosas (Moreira, 2007, p. 28).

Observa-se também, que a composição destas famílias se diferenciava do núcleo familiar burguês constituído predominantemente de pai, mãe e filhos. Neste, as mulheres cuidavam dos afazeres domésticos e assuntos relacionados ao lar e os homens eram responsáveis pelo sustento da família. Este papel social atribuído à mulher até o século XX, discurso enfatizado e reproduzido historicamente para as classes elitizadas, passa-se a ser mundialmente questionado e a invisibilidade das experiências de outras mulheres que fugiam ao padrão branco e elitizado ficaram à margem das discussões dos estudos feministas por um longo tempo.

As primeiras organizações do movimento feminista datam da primeira metade do século XIX. Diversas pesquisadoras apontam uma divisão do movimento feminista em três fases, denominadas de “ondas do feminismo”. Céli Pinto (2010), ao abordar a dimensão política do feminismo, atenta para a história do movimento destacando que “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (Pinto, 2010, p. 15). Porém, do ponto de vista de uma categorização do movimento feminista em “ondas”, destaca que

[...] a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (Pinto, 2010, p. 15).

Sumariamente, a primeira onda feminista, que teve início no século XIX, avançou até meados do século XX e sua bandeira de luta consolidou-se em torno de três reivindicações: direitos políticos, econômicos e sociais, sobretudo, direito ao voto, ao trabalho remunerado e à propriedade. Considerando especificamente o contexto nacional, Céli Pinto destaca que

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. As sufragetas brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (Pinto, 2010: 14-15).

A segunda onda do feminismo surge na segunda metade do século XX, acrescentando às reivindicações anteriores o direito ao corpo. Marlise Matos (2010), considerando o caso brasileiro aponta que

O segundo momento do feminismo no Brasil teria nascido durante o clima político do regime militar no início dos anos 1970, o qual foi uma síntese tanto da desvalorização e da frustração de cidadania no país, quanto de um reforço na opressão patriarcal e teria se caracterizado por um movimento contrário de liberação, no qual as mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder, deslocando a atenção da igualdade para as leis e os costumes (Matos, 2010, p. 68).

É nesta segunda fase que aparece no campo teórico, a categoria gênero, um avanço da compreensão do caráter relacional entre mulher homem. Até então, os movimentos de mulheres e movimentos feministas utilizavam a categoria mulher, no intuito de focalizar suas demandas e particularidades e questionar a utilização do termo homem, construído historicamente como universal e não abrangendo as especificidades das mulheres.

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada (Pedro, 2005:80)

Porém, a categoria mulher é controversa, posto que as reivindicações

apresentadas não supriam as necessidades de todas as mulheres, por exemplo, situações vividas por mulheres negras, conforme apontado anteriormente. No debate era evidente que existiam diferenças dentre as mulheres, dessa forma, foi possível constatar que não existia mulher, mas mulheres com suas respectivas especificidades.

As ideias feministas no Brasil afloraram no início do século XX, juntamente com a tentativa de transformar o país até então agrário em uma nação técnico-industrial.

Na década de 1920, foi criada no Rio de Janeiro por iniciativa de Bertha Lutz (1894-1976) a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com o intuito de orientar as mulheres sobre seus direitos civis e políticos.

Quando Bertha Lutz fundou a FBPF, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, pretendia, entre outras coisas, promover a educação e profissionalização das mulheres. Entre práticas e discursos transpostos, graduou-se em Ciências Naturais na Sorbonne, em 1918; em Direito no Rio de Janeiro, em 1933; consolidou sua carreira científica nos mais de 40 anos de funcionalismo público no Museu Nacional; liderou a luta pelo voto feminino e exerceu, ela própria, o direito de ser votada. No Parlamento propôs inúmeras mudanças na legislação brasileira (Sousa; Sombrio; Lopes, 2005, p. 316).

Ainda nos anos de 1920, a principal bandeira de luta do movimento feminista no Brasil era a conquista dos direitos políticos, a busca por igualdade de representação política.

No Estado de São Paulo, na década de 1930, foi fundada por Laudelina de Campos Mello¹⁷ a primeira associação de trabalhadoras domésticas que promovia trabalhos sociais e políticos. Nas palavras de Marina Macedo Araújo, “ela fundou, em 1936, a Associação das Empregadas Domésticas de Santos, primeira associação da categoria no país, e dedicou sua vida à luta pela garantia de direitos iguais e a regulamentação da profissão” (Araújo, 2015, p. 48).

Na mesma década, surge a Frente Negra Brasileira, considerada a maior entidade da história do país após o período de abolição. Não diferente de outras associações predominantemente masculinas, as mulheres negras que a

¹⁷ Nascida em 1904, começou a trabalhar como empregada doméstica aos sete anos de idade. Dedicando grande parte de sua vida à luta dos direitos das trabalhadoras domésticas, fundou a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas (1961), que buscava intermediar conflitos entre patrão e empregada, bem como para defesa dos direitos da categoria. Sua atuação inspirou a criação de outros sindicatos, como o do Rio de Janeiro (1962) e de São Paulo (1963), que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos (1998) (Araújo, 2015, p. 48).

compunham exerciam atividades que os homens entendiam como de menor relevância, no entanto, não há como desconsiderar o impacto de suas ações para a manutenção da entidade. De acordo com Petrônio Domingues (2007),

[...] a atuação das mulheres negras foi imprescindível para manter a união e coesão dos associados da FNB. Em vista disso, caberia a elas parte importante do crédito pelo sucesso da entidade. Com uma postura vanguardista, as mulheres estiveram presentes em todo período de existência da FNB. Na sede central, elas criaram dois agrupamentos específicos: as Rosas Negras e a Cruzada Feminina. Em algumas delegações do interior e de outros Estados, a entidade organizou um departamento feminino (Domingues, 2007, p. 370).

Nos anos 1950, foi fundado o Conselho Nacional da Mulher Negra, resultante das articulações e lutas políticas fomentadas por essas mulheres. O conselho era composto por mulheres ligadas a áreas, tais como, cultura, política e arte. Inclusive o termo ialodê, originário das cidades iorubás pré-coloniais, era utilizado para nomear a representante feminina que participava dos espaços políticos de decisão. Atualmente o termo é utilizado, no Brasil, para designar lideranças dentro do movimento social de mulheres negras.

A despeito de o movimento feminista brasileiro ter contado, a princípio, com mulheres pertencentes à pequena burguesia, não só estas erguiam suas bandeiras de luta. Paralelo ao feminismo liberal ascendia o movimento das mulheres operárias. No primeiro momento, as reivindicações eram restritas ao combate à hierarquização das relações existentes no trabalho e à exploração deste. Assim surge também no cenário o movimento feminista operário, que amplia as discussões; além da dominação sexual, focaliza as questões econômicas.

Os movimentos feministas e os diversos grupos de mulheres que se reorganizaram a partir de demandas específicas, tais como o movimento de mulheres pela anistia e contra a carestia, tiveram um importante papel no cenário político brasileiro a partir da década de 1960. Lutando contra o regime militar brasileiro e participando diretamente do processo de democratização do país.

Elas se organizaram em clube de mães, associações de bairros, [...]. Essas inserções começam a deslocar o lugar da mulher da família para um âmbito da sociedade e, embora relacionadas à sua condição de mulher, refletem um avanço no que tange à sua participação fora do espaço privado, familiar. (Moreira, 2007, p. 51)

No entanto, pode-se constatar que no processo histórico de formação do movimento feminista, em especial no caso brasileiro, não houve a incorporação da

questão racial como tema a ser discutido dentro do próprio movimento. De acordo com Moreira (2005, p. 55), “paradoxalmente, um movimento que se insurgiria contra a opressão e a invisibilidade de um segmento social, deixaria, ao longo de sua construção, de abordar a especificidade da mulher negra”. Nos estudos de gênero, a dimensão cor nem sempre foi observada. Consequentemente, os agravantes que são específicos das mulheres negras acabam sendo desconsiderados e redutoramente encaixados no quadro geral de problemas referentes às mulheres, como se houvesse uma mulher universal.

O conceito gênero utilizado para distinguir as diferenças baseadas no sexo, não contemplava as distinções existentes entre as próprias mulheres. Assim como classe e sexo, o elemento “raça” deveria ser introduzido na plataforma feminina por ser o principal agente dos conflitos intragêneros. “(...) no feminismo original não havia diferenças palpáveis, de classe social ou de raça. Só existia a questão de gênero. E não se encarou os conflitos que existiam por causa dessas diferenças (...)” (Werneck, 2002, p. 63).

De acordo com Caldwell (2010), as mulheres negras norte-americanas desde o século XIX, contribuíram para o desenvolvimento de críticas ao feminismo, nomes como Sojourner Truth, Maria W. Stewart, dentre outras, relatavam as vivências das mulheres negras no período escravocrata e pós-abolição. A partir de 1970, a produção teórica de estudos feministas realizados por mulheres negras como Angela Davis, bell hooks e Patricia Hill Collins possibilitaram uma análise mais aprofundada da marginalização social vivenciada pelas mulheres negras nos Estados Unidos (Hill Collins, 2016).

A presença das categorias gênero, raça e classe, enquanto elementos representativos das diferenças nas experiências das mulheres foi incluída aos debates feministas. Nesse contexto, as norte-americanas foram percussoras ao incorporar este entrecruzamento aos estudos de gênero (Silva; Barbosa, 2008).

A produção teórica feminista negra estadunidense corroborou para o surgimento do Feminismo Negro brasileiro no fim da década de 1970, que propôs uma nova perspectiva sobre as experiências das mulheres ao contrapor a ideia de homogeneização de suas demandas, ou seja, o intuito era evidenciar e compreender que existem diferenças nas experiências habituais de cada uma.

Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista

feminista portanto não existe uma identidade única pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas (Bairros, 1995, p. 461).

No Brasil, nos anos de 1970, as organizações compostas por mulheres negras, ganham destaque, evidenciando que a discriminação para mulheres e homens eram vivenciadas de formas diferentes. As ativistas negras denunciavam o machismo dentro do movimento negro e a ocultação do racismo na pauta das reivindicações dos movimentos de mulheres.

Dessa forma, a produção intelectual negra de diversas autoras destacou-se ao relatar a necessidade de trabalhar as diferenças. As feministas Lúiza Bairros, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro e Lélia González contribuíram com a trajetória do feminismo negro no país. As críticas direcionadas ao feminino propiciaram tensões entre suas vertentes, no entanto, com o passar dos anos, surgiram novas possibilidades de diálogo e ações conjuntas (Silva; Barbosa, 2008).

No texto “Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought, escrito por Hill Collins (2016), a autora norte americana, destaca três elementos importantíssimos do pensamento feminista negro. O primeiro elemento evidencia que temáticas diretamente relacionadas às mulheres negras podem ser registradas por outras pessoas, no entanto, as mesmas temáticas só serão produzidas pelas mulheres negras. O segundo elemento ressalta que as experiências vivenciadas de forma particular pela mulher negra podem ser experimentadas também por um grupo composto de mulheres negras. E por fim, o terceiro elemento complementa o anterior, as experiências que são universais são compartilhadas, mas existem outras variantes, por exemplo, idade e orientação sexual que são provadas de forma distinta dependendo do grupo o qual a mulher negra está inserida.

Na década de 1980, o Feminismo Negro propiciou a organização do Movimento de Mulheres Negras auto-organizado. Muitas estavam inseridas em outras articulações ou movimentos sociais, no entanto, suas especificidades eram postas como secundárias, o que resultou na busca por uma autonomia política. Assim, “constituiu-se um novo sujeito político no país, que passou a trabalhar, no sentido de acabarem com as desigualdades sociais/raciais, combatendo o sexismo e o racismo, presentes na sociedade, que oprimem as mulheres negras” (Carvalho; Rocha, 2012, p. 3). Ao evidenciar a importância do Feminismo Negro e do Movimento

de Mulheres Negras, Sueli Carneiro aponta que “esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam a nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra” (Carneiro, 2002, p. 182). Nesse contexto, desde então, ecoaram novos movimentos, organizações, articulações e coletivos de mulheres negras que afrontam o racismo e o sexismo enraizados na sociedade brasileira. A antropóloga Sônia Santos (2009), fez uma coletânea de grupos e organizações de mulheres negras existentes desde a década de 1950 até o início dos anos 2000. Foram levantados mais de 50 grupos espalhados pelas cinco regiões do país.

Tabela 2 - Grupos e organizações de mulheres negras por região no Brasil

1950	Região Sudeste Conselho Nacional de Mulheres Negras/RJ	
1970	Região Sudeste 1978 – Reunima – Reunião de Mulheres Negras Aquatuma/RJ	
1980	Região Nordeste 1986 – Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa/ MA 1986 – Saci – Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania/Aracaju, SE 1988 – Grupo de Mulheres do Alto das Pomboas de Salvador/ BA Região Sul 1987 – Maria Mulher – Organização de Mulheres / Porto Alegre/RS	Região Sudeste 1980 – Luiza Mahin (MNU)/RJ 1980 – GIMN – Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/ RJ 1982 – Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo/SP 1983 – Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras/RJ 1983 – Fala Mulher Meriti/RJ 1985 – Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro/RJ 1986 – Coletivo de Mulheres da Baixada Santista – Santos/ SP 1986 – Coletivo de Mulheres Negras/ MG 1988 – Geledés – Instituto da Mulher Negra/ SP 1989 – Comissão de Mulheres Negras de Campinas/SP
1990	Região Norte 1999 – Imena – Instituto de Mulheres Negras do Amapá/AP Região Nordeste 1992 – Coletivo de Mulheres Negras de Salvador/ BA 1994 – Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia/ PI-PI Região Sul 1990 – Acmun – Associação Cultural de Mulheres Negras/Porto Alegre/ RS 1992 – Grupo Oduduwa/ RS 1995 – Coletivo de Mulheres Negras/MS	Região Sudeste 1990 – Comissão de Mulheres Negras de Campinas/SP 1990 – Casa de Cultura da Mulher Negra/ Santos, SP 1991 – Bloco Afro Oriashô/ S.P 1992 – Criola/RJ 1994 – Cedacom – Centro de Documentação Coisa de Mulher/ RJ 1994 – Efékô Gênero Desenvolvimento e Cidadania/RJ 1995 – Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu/ES 1997 – Fala Preta/ Organização de Mulheres Negras/ SP Região Centro-Oeste 1990 – Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal/ DF 1991 – Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado/ GO (grupo surgiu em 1991, e como ONG em 2002) 1999 – Grupo de Mulheres Negras Malunga/ Goiânia, GO
2000	Região Norte 2005 – Imena – Instituto da Mulher Negra/ PA Região Nordeste 2001 – Bamidolé – Organização de Mulheres Negras/ PB 2003 – Instituto Negras do Ceará/CE 2003 – Ujala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras/PE 2003 – Omin Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito/SE	Região Sudeste 2001 – Grupo de Mulheres Negras Felipa de Sousa/RJ 2003 – Minas da Cor/SP 2004 – Mulheres de Kêto – Sociedade Lésbica Feminista/SP 2005 – Instituto Kuanza/SP
Sem Data	Região Norte Cedença – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará/ Belém, PA Região Nordeste Ialodê – Centro de Referência da Mulher Negra/BA Ifaradab/PI Kilombo/RN	Região Sul Casa da Mulher Catarina/Florianópolis, SC Região Sudeste Caces – Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais/ RJ Ammá Psique e Negritude/ SP

Fonte: Sônia Santos, 2002.

Também nos anos de 1980, “o feminismo da diferença”, entendido como uma corrente composta pelo movimento feminista e outros grupos que também buscavam a equidade de direitos, incorpora ao discurso feminista novas categorias. O racismo, a homofobia e a discriminação de gênero não são mais vistos como

dimensões e categorias isoladas, mas que se articulam entre si, a partir de uma interseccionalidade. Nesse sentido, passam a ser considerados os aspectos culturais, sociais e raciais como partes da construção das experiências vivenciadas pelas mulheres. Chega-se à terceira onda do feminismo que se delineia no final da década de 1980.

A recusa do feminismo à existência de conflitos intragêneros tende a universalizar as mulheres a um problema em comum, o gênero. O que poderia tornar-se reminiscência do período colonial ainda permanece no ideário social e mantém quase inatas as relações de gênero e raça instituídas no escravismo

As feministas negras lutam cotidianamente para nivelar em diversos aspectos seu lugar com o da mulher branca, ou seja, para além da conquista de direitos que sejam comparados ao dos homens negros e brancos, busca-se igualdade com indivíduos pertencentes ao próprio gênero.

O trajeto realizado pelo feminismo vai além da consolidação de suas correntes teóricas nas quais se baseia o movimento hoje, destaca-se também no campo dos estudos feministas as disputas políticas pelos espaços de poder. “Tal eixo – a dominação dos homens sobre as mulheres – é constituído fundamentalmente por uma análise sobre e uma luta política pelo poder” (Meyer, 1996, p. 42).

Nesse contexto, o poder torna-se peça fundamental para entender a construção das relações desiguais nos discursos cotidianos, sendo assim, na concepção de Foucault, o poder pode ser definido como

[...] a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 2007, p. 102-103).

Dessa forma, ao recorrer a Judith Butler sobre a noção de abjeto, entendido aqui como os corpos que são desconstituídos de sua humanidade é importantíssimo para a compressão do sexismo e do racismo.

[...] o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida

identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. Em sua apropriação de Kristeva, Young mostra como a operação da repulsa pode consolidar “identidades” baseadas na instituição do “Outro”, ou de um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação (Butler, 1993, p. 191).

Em sua obra *Bodies that matter* (1993) Butler aprofunda sua teoria acerca da materialidade do corpo e da performatividade. Ao retomar os questionamentos colocados por Carneiro (2003), registrados inicialmente nesse capítulo, ficam evidentes as reflexões acerca de onde estão as mulheres negras nas discussões sobre o sexismo e o racismo, visto que, na sociedade brasileira existem espaços aos quais seus corpos já estão destinados, a “mulher negra é naturalmente cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (Gonzalez, 1983, p. 226). Ou então como mulata, doméstica e mãe preta, segundo os termos da própria autora.

Essas práticas discursivas estão naturalizadas no ideário popular e são reproduzidas cotidianamente, reforçando a dimensão abjeta dos corpos negros. Entretanto, por mais que os corpos abjetos sejam relegados à invisibilidade, existem aqueles que não são tão invisíveis assim, ainda resistem. De acordo com Butler “assim como as superfícies corporais são impostas como o natural, elas podem tornar-se o lugar de uma performance dissonante e desnaturalizada, que revela o status performativo do próprio natural” (Butler, 1993, p. 210).

Contudo, as questões colocadas fazem menção à necessidade de se libertar de um corpo que encarcera o processo de identificação que o povo negro e, particularmente as mulheres negras, vivenciam. “Somente existe liberdade radical quando o negro produz a si mesmo a partir da experiência cotidiana de cada dia vivido, longe de qualquer predeterminação transcendental” (Canto, 2009, p. 75).

Destarte, as práticas e os papéis políticos das mulheres negras por muito tempo foram deixados de lado. Se durante toda uma vida, as mulheres negras são forçadas a acreditar que não têm atributos positivos, a afirmação de sua negritude torna-se um caminho complexo, mas, não há como desconsiderar os avanços do feminismo negro nos estudos de gênero e como retrata bem Werneck (2002) “nossos passos vêm de longe.”

CAPÍTULO 3. CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DAS MARIAS ENTREVISTADAS

A finalidade, no presente capítulo, é ressaltar o impacto das ações das mulheres entrevistadas no combate para a promoção da igualdade racial e a equidade de gênero na cidade de Uberlândia-MG. Dar visibilidade às experiências coletivas antissexistas e antirracistas são importantes não apenas para resgatar o contexto de luta das mulheres negras que muitas vezes é posto à margem na história brasileira devido a construção errônea da crença na democracia racial, mas também mostrar que a representatividade positiva é essencial para o empoderamento de outras mulheres negras e suas descendentes.

A partir do período de escravidão, os corpos das mulheres negras foram coisificados e relacionados ao estado de selvageria, além disso, sua sexualidade foi caracterizada pela ciência como anormal e exacerbada. Mesmo depois de um século e quase três décadas da abolição desse regime desumano, a representação da imagem da mulher negra não sofreu alterações significantes. O poder e a dominação presente nas relações sociais continuam reproduzindo e gerando uma imagem errônea e carregada de preconceitos do corpo negro.

Se para o filósofo Aristóteles (384 a.C.– 322 a.C.) “a arte imita a vida,” então, as faces do racismo além de se manifestarem no cotidiano social, também estão inseridas nas múltiplas plataformas da comunicação. Programas de TV, telenovelas ou peças publicitárias reforçam uma série de atributos negativos às mulheres negras, na maior parte das vezes as associam aos empregos menos remunerados, à hiperssexualização de seus corpos e à pobreza.

A publicidade além de criar anúncios para que as pessoas se identifiquem, ela também pode ser empregada para manter inalteradas as relações de poder, seja por meio da imposição dos estilos de vida, padrões físicos e/ou valores culturais, tal como destaca Lélia Gonzalez,

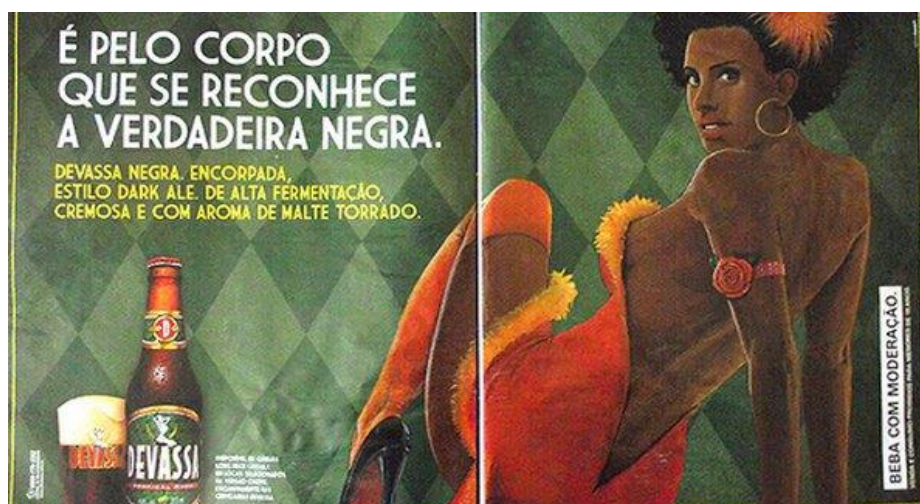
As imagens mais positivas das pessoas negras são aquelas que representam os papéis sociais atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor popular, jogador de futebol e ‘mulata’. Em todas estas imagens há um elemento em comum: a pessoa negra é um objeto de divertimento (Gonzalez, 1979, p. 4).

Nos últimos anos, a representação dos corpos negros em comerciais e

personagens de novela vem sofrendo críticas ferrenhas pelos movimentos de mulheres negras. Adiante, foram exemplificados alguns casos que geraram discussão acerca dessas representações.

O anúncio a seguir parece retirado de uma revista antiga, no entanto, a propaganda tem menos de uma década. Em 2010, o slogan “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra,” foi emitido pela Brasil Kirin Indústria de Bebidas S.A., possuidora do logotipo da cerveja Devassa. A figura sexy da mulher e os escritos ao seu lado reforçam o estereótipo da mulher negra como objeto de consumo ao compará-la à cerveja escura.

Figura 4 - Propaganda da cerveja Devassa, 2010



Fonte: Google imagens

Dentre os padrões de beleza impostos pela sociedade patriarcal e branca, está a uso do cabelo liso. Em oposição, estão os fios cacheados e crespos que não se rendem as mais variadas químicas para alcançar o ideal da beleza capilar, convencionalmente expresso pelo inconsciente coletivo como o “cabelo bom”.¹⁸

Entretanto, desde muito cedo, as crianças buscam alterar a aparência de

¹⁸ Nilma Lino Gomes discutiu em sua tese de doutorado sobre o corpo e o cabelo como elementos simbólicos da identidade negra, a partir de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em salões étnicos de Belo Horizonte. Esta tese foi publicada em livro, intitulado *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*, em cujo prefácio, assinado por Kabengele Munanga, encontra-se essa síntese: “o cabelo é analisado, na obra da Profa. Nilma Lino Gomes, não apenas como parte do corpo individual e biológico, mas sobretudo, como corpo social e linguagem; como veículo de expressão e símbolo de resistência cultural” (Gomes, 2008, p. 16).

seus cabelos como uma forma de aceitação social, já que, na maior parte das vezes, seus fios são desvalorizados e representados negativamente. Em 2012, a marca Bombril lançou uma campanha publicitária denominada “Mulheres que Brilham”. A imagem mostra a logo da empresa sobre o cabelo *black power* de uma mulher negra. A propaganda reforça a leitura pejorativa da relação do cabelo crespo com a palha de aço, relação esta tão disseminada no ambiente escolar.

Figura 5 - Propaganda da Bombril, 2012



Fonte: Google imagem

Em 2013, um programa da televisão brasileira promovia um concurso para a escolha da musa do carnaval. Na época, a foto de divulgação chamou atenção nas redes sociais. A forma como as finalistas do concurso foi disposta para o público remete à imagem de como os corpos das mulheres negras eram expostos no mercado colonial. Em pleno século XXI, o pedaço de carne humana ainda está à venda para milhões de pessoas na televisão ou na internet. Esse tipo de imagem reafirma o rótulo sexual direcionado às mulheres negras desde o regime escravista.

Figura 6 - Umas das fotos de divulgação do concurso, 2013



Fonte: Google imagens

No contexto atual é sabido que existem mulheres negras que desempenham funções de domésticas, babás e cozinheiras, mas também por que não ressaltar professoras, advogadas e empreendedoras? A representação dessas imagens na mídia contribui para o processo de construção da identidade do sujeito. “A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’ (Kellner, 2001, p. 9).

A autora Mae King (1973) aponta que os estereótipos têm o objetivo de desumanizar as mulheres negras. Cheryl Gilkes (1981) complementa que quando há um enfrentamento contra a estrutura racista e sexista, ou seja, um comportamento de resistência, as mulheres negras são punidas com a vinculação de estereótipos projetados para conter esse comportamento. Sendo assim, a representação positiva da imagem das mulheres negras na mídia é importante para que outras mulheres negras se identifiquem e não se submetam ao padrão eurocêntrico cotidianamente imposto. Por exemplo, a intenção não é obrigar as mulheres negras a usarem seu cabelo apenas de forma natural, mas mostrar a elas que seus fios são tão bonitos quanto qualquer outro, é olhar-se no espelho e se identificar com o que vê.

3.1 Mulher Negra: qualificação educacional e a inserção no mercado de trabalho brasileiro

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, a população brasileira é estimada em 203,2 milhões de habitantes que em sua maioria é negra e feminina, do número total, 48,4% são homens e 51,6% mulheres. No entanto, no país, os grupos majoritários são minorias em termos de direitos e reconhecimento.

Ao verificar as desigualdades sociais a partir do mercado de trabalho, percebe-se que a trajetória socioeconômica de um indivíduo está ligada diretamente ao seu acesso ao mercado de trabalho e sua condição de ingresso a esse mesmo espaço.

Além disso, o mundo do trabalho está conectado ao contexto educacional, ou seja, a entrada do indivíduo no mercado de trabalho é influenciada pelas suas características educacionais e impacta diretamente em seu trajeto profissional.

No Brasil, o ensino público foi marcado pela segregação social e racial. Ao retomar a trajetória da população negra na educação escolar, observa-se o quanto este grupo foi colocado à margem do sistema educacional, seja por natureza legislativa ou por ações discriminatórias da sociedade escravocrata. Como aponta Geledés (2014), “o poder público comprometido com as oligarquias fez pouco caso da democratização do ensino, uma educação dual (intelectual para a elite, mecânica para pobres) atravessou o século passado inteiro” e as reformas na educação tanto no século XIX quanto no século XX não foram capazes de universalizar o sistema educacional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio dos resultados do Censo Demográfico de 2010, levantou dados sobre as estatísticas de gênero e raça nos diversos âmbitos da vida social. No entanto, neste estudo, optou-se por utilizar apenas as informações referentes ao mercado de trabalho e ao acesso à educação formal do grupo feminino.

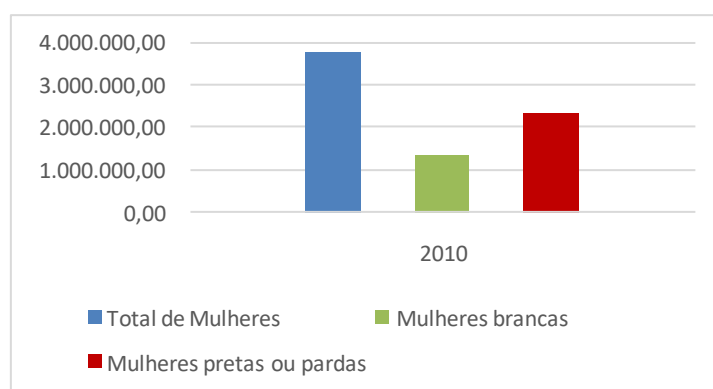
Por mais que tenham ocorrido mudanças na situação das mulheres na última década, ainda assim, as desigualdades de gênero permanecem e ao adicionar a categoria raça, os números mostram as diferenças intragêneros.

Em 2010, o IBGE ao comparar a taxa de analfabetismo entre as brasileiras, obteve a seguinte situação: a população feminina correspondia a 97.348.809

milhões de habitantes, desse total, aproximadamente 6,7 milhões de mulheres eram analfabetas. Ao verificar o quesito cor/raça, a taxa de analfabetismo das mulheres brancas era de 32,2% e a das mulheres pretas ou pardas o percentual se elevava para 67,8%.

As estatísticas também apontam as diferenças quanto ao abandono escolar precoce. De acordo com o IBGE (2010), o total de mulheres de 18 a 24 anos que não estudavam e não concluíram o ensino médio era em torno de 3,8 milhões, das quais, 36,9% eram mulheres brancas e 63,1% representavam as mulheres pretas ou pardas.

Gráfico 3 - Abandono escolar precoce no Brasil - 18 anos a 24 anos



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2010).

Os dados estatísticos, por vezes, não revelam questões culturais e ideológicas que os envolvem. Existem inúmeras possibilidades para interpretar a evasão escolar, por exemplo, a necessidade de ter que trabalhar para colaborar nas despesas de casa ou ter que arcar com próprio sustento interfere na rotina escolar e se tornam um fator desmotivador para seguir com os estudos. De acordo com o IBGE (2010), aproximadamente 10 milhões de mulheres brasileiras acima de 25 anos que trabalham não tem instrução ou o ensino fundamental completo, do valor total, 43,5% são mulheres brancas enquanto 56,5% perfazem as mulheres pretas ou pardas.

Porém, não é apenas a pobreza que determina as desigualdades no processo de escolarização, ao considerar o contexto do sistema educacional

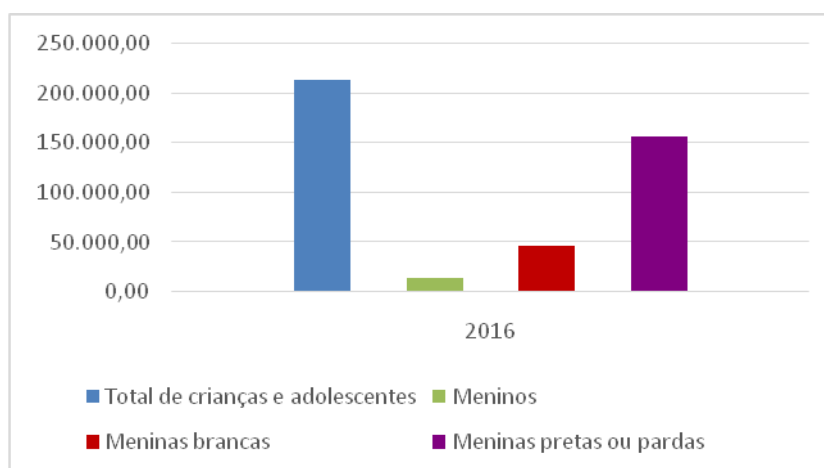
brasileiro, o racismo institucional apregoado no ambiente escolar também é determinante.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (Munanga, 2005, p. 16).

Nesse sentido, uma minoria do alunado negro mantém-se resistente ao crescimento educacional, pois, muitos/as não chegam ao ensino médio. As crianças, em especial, as meninas negras entram no mercado de trabalho mais cedo e muitas das vezes não conseguem continuar ou retomar os estudos, por conseguinte, apresentam menor escolaridade e permanecem sujeitas aos trabalhos precarizados.

Segundo os dados divulgados em 2016 pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, 214 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham para terceiros/as no serviço doméstico. Desse valor, 5,8% correspondem aos meninos, 94,2% são meninas e 73,4% delas são representadas pelas meninas negras.

Gráfico 4 - Trabalho infantil no Brasil – crianças e adolescentes - 5 a 17 anos



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do FNPETI (2016).

Esses números impactam também em suas ocupações na vida adulta. O

emprego doméstico é exercido por mulheres e homens, no entanto, há maior absorção de mão-de-obra feminina. Os dados do IBGE (2010) demonstram que das 5,4 milhões de trabalhadoras domésticas brasileiras com ou sem carteira de trabalho assinada, 38,8% referem-se às mulheres brancas, enquanto que 61,2% são mulheres pretas ou pardas.

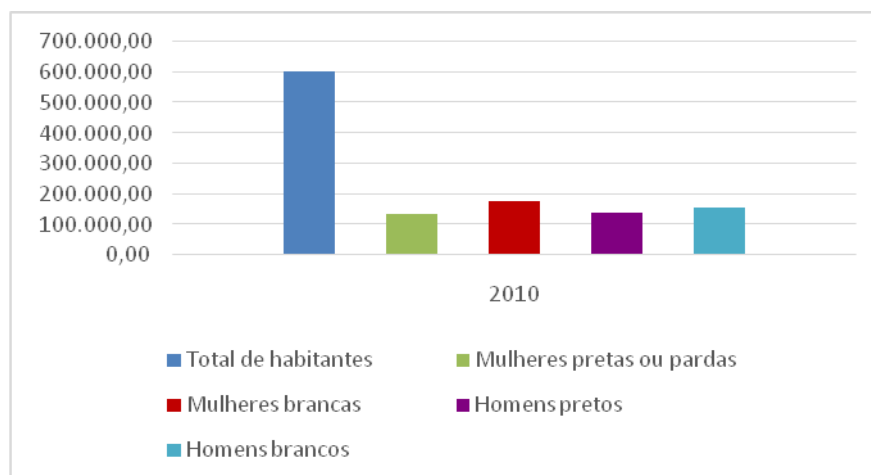
Tais discrepâncias percentuais são reflexos da desvalorização que o trabalho doméstico impõe desde o período escravocrata e da experiência histórica diferenciada vivida pelas mulheres negras, portanto, a hierarquia das relações de gênero existentes no período colonial não desapareceu e revela as suas marcas nos dias atuais. Compreende-se que se “rata de uma atividade de baixo potencial econômica, cuja mão-de-obra é pouco qualificada. As trabalhadoras domésticas brasileiras continuam sendo um ponto de convergência de várias condições de vulnerabilidade, especialmente as de gênero, raça e classe” (Trabalho doméstico no Brasil, 19, 2010).

Destarte, as estatísticas referenciadas mostram a conjuntura atual na qual as mulheres negras estão inseridas, no entanto, será que o legado de racismo deixado pela escravidão, permitiu que houvesse mudanças quanto a integração das mulheres negras no mercado de trabalho do município de Uberlândia-MG? Ou o contexto social de inclusão uberlandense se difere do restante do país?

3.2 Educação, trabalho e mercado de trabalho no município de Uberlândia

A cidade de Uberlândia foi fundada em 1888, localiza-se no estado de Minas Gerais e pertence à microrregião do Triângulo Mineiro. De acordo com o Instituto de Geografia e Estatísticas (2010), a população do município é estimada em 604.013 mil habitantes, dos/as quais, 23% são homens negros, 26% homens brancos, 29% é composto por mulheres brancas e 22% correspondem às mulheres negras.

Gráfico 5 - População do município de Uberlândia-MG por gênero e cor



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2010).

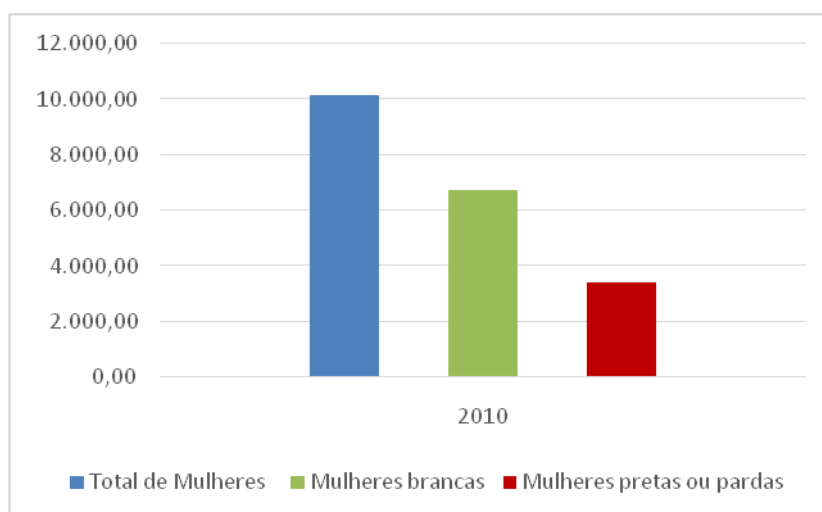
O historiador Luiz Carlos do Carmo (2000), em sua dissertação “Função de preto: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia: 1945-1960,” analisa como se deu a inserção dos/as negros/as no mercado de trabalho desta cidade. O autor relata que houve segregação social, racial e espacial no município.

Não diferentemente de outras regiões do país, muitos/as negros/as por estarem à margem da sociedade, se deslocaram de localidades rurais próximas ao município e seguiram para Uberlândia-MG em busca de oportunidades de trabalho. De acordo com Andrade e Fonseca (2008:3), “[...] é possível concluir que o intenso fluxo migratório de negros para Uberlândia, assim como para outras regiões está relacionado ao estado de desamparo social que esses/as vivenciaram após a abolição da escravatura”. No entanto, quando incluídos/as no mercado de trabalho, ocuparam cargos menos valorizados e pior remunerados.

No momento atual em Uberlândia-MG, a participação da população ocupada nos grandes setores de atividade econômica está distribuída da seguinte forma: a agricultura corresponde a 4,3%, na indústria a percentagem aumenta para 20,5% e nos serviços o percentual é de 75,2%.

O Gráfico 6, apresenta dados sobre a categoria de funcionários/as públicos/as estatutários/as, revelando que o número total de mulheres registradas pelo IBGE (2010), é de 10.153, do qual 66,3% são mulheres brancas e 33,7% mulheres negras.

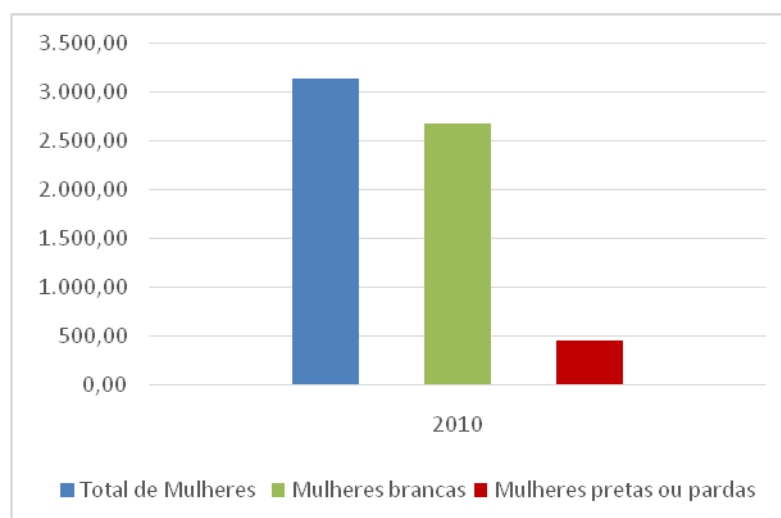
Gráfico 6 - Mulheres militares e funcionárias públicas estatutárias em Uberlândia-MG



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2010).

A distribuição percentual da população feminina na categoria de empregadoras (Gráfico 7) mostra o abismo que as separa. Os dados do IBGE (2010) apontam que as mulheres que mais empregam são as brancas, no total de 2.682 empregadoras, 85,2% delas são brancas e apenas 14,8% são representadas pelas mulheres pretas ou pardas.

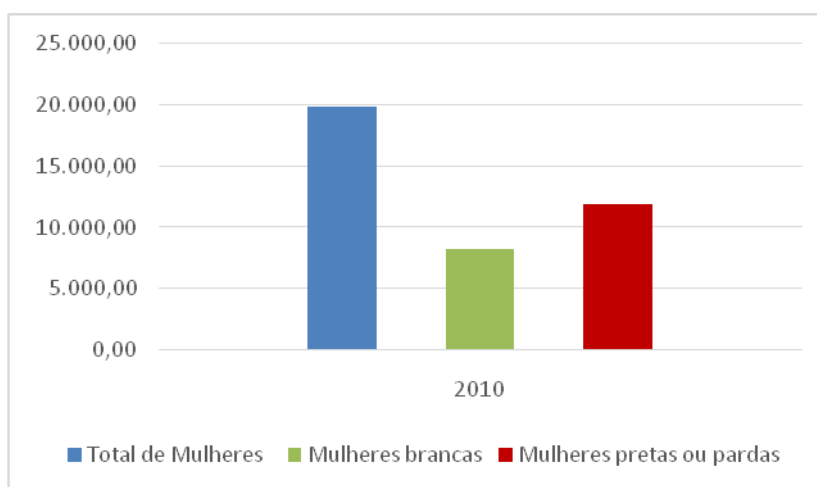
Gráfico 7 - Mulheres empregadoras em Uberlândia-MG



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2010).

Em relação a ocupação do emprego doméstico, assim como no contexto geral do país, as mulheres negras representam a maioria deste setor (Gráfico 8). O percentual do IBGE (2010) revela que do valor total de 19.898 que realizam trabalho doméstico, aproximadamente 40% são mulheres brancas e 60% perfazem as mulheres pretas ou pardas.

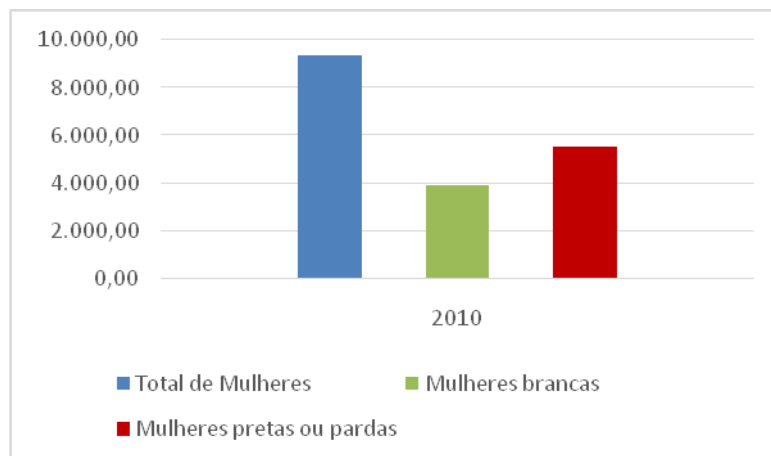
Gráfico 8 - Mulheres empregadas domésticas em Uberlândia-MG



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2010).

Os trabalhos com remunerações mais baixas e subvalorizados também são reflexos da baixa escolaridade das mulheres negras do município. As estatísticas do IBGE (2010) apontam que das 9.370 mulheres sem grau de instrução (Gráfico 9) residentes em Uberlândia-MG, 41,3% são brancas e 58,7% pretas ou pardas.

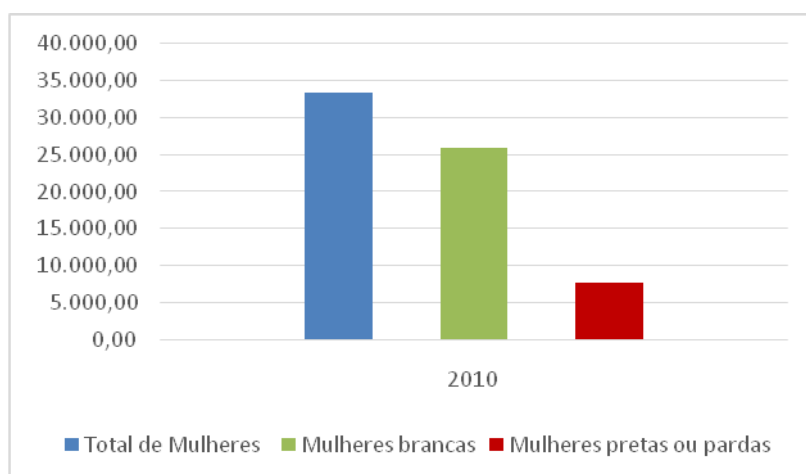
Gráfico 9 - Mulheres sem grau de instrução em Uberlândia-MG



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2010).

As contradições advindas das variáveis raça e classe se estendem para o ensino superior. O cenário desigual de ingresso ao sistema educacional evidencia o quanto é urgente e necessária a criação e/ou fortalecimento de políticas públicas que visem equidade racial e de gênero na educação. O abandono escolar precoce e a sua não retomada aos estudos, criam um abismo entre a população branca e negra no que se refere a esse acesso. Ao fazer o recorte de gênero, o IBGE (2010) constata (Gráfico 10) que do grupo feminino composto por 33.463 graduadas, 77,3% correspondem às mulheres brancas e apenas 22,7% são mulheres pretas e pardas na cidade de Uberlândia.

Gráfico 10 - Mulheres com Ensino Superior completo em Uberlândia-MG



Fonte: elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2010)

Em 2012, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia após anos de debates, discussões e resistências, aprovou a aplicação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como a lei de cotas, ela determina a reserva de vagas para estudantes oriundos/as de escolas públicas e/ou auto declarados/as pretos/as, pardos/as e indígenas. O intuito é ampliar as possibilidades de ingresso a uma parcela da população que historicamente foi vilipendiada de seus direitos educacionais. No entanto, para que esses sujeitos concluam suas trajetórias acadêmicas, é importante que as faculdades e universidades invistam em políticas de permanência no ensino superior.

Todavia, as políticas de ações afirmativas constituem um mecanismo de diminuição das desigualdades, na educação referem-se:

[...] a um conceito guarda-chuva que abriga uma variedade de ações visando desde o acesso de estudantes negros e indígenas à universidade, como aos diversos programas que impulsionam a trajetória acadêmica desses estudantes e a conclusão bem sucedida de seus cursos de graduação. No Brasil, a modalidade de reserva de vagas também conhecida como cotas, é um dos mecanismos adotados para impulsionar o acesso de estudantes negros e indígenas a um ensino superior. Em termos gerais, as ações afirmativas objetivam a retenção de talentos nos bancos universitários, os quais um futuro próximo poderia contribuir para o desenvolvimento, social, político e econômico de país. Sem essas políticas, alunos oriundos de seguimentos sócio-raciais historicamente discriminados e de baixa renda não teriam condições de frequentar um curso superior em termos específicos a inclusão de alunos negros e indígenas tende a refletir no espaço acadêmico a diversidade da sociedade enquanto exercício

efetivo de igualdade e representação simbólica e substantiva (Benedito, 2007, p. 120).

Apesar de terem sido escolhidas neste estudo apenas três categorias da distribuição percentual da população ocupada em Uberlândia-MG, ainda assim, os gráficos ilustraram qual o lugar que a mulher negra em sua maioria ocupa no mercado de trabalho. Elas não representam um número significativo de funcionárias estatutárias e nem de empregadoras, mas mesmo depois de mais de um século de abolição, continuam no principal trabalho que lhes foi atribuído, as de empregada doméstica, portanto, as estatísticas confirmam que não houve mudanças significativas no avanço das mulheres negras em relação ao mercado de trabalho.

3.3 As vozes que falam por aqui

Não existe uma plataforma feminista negra a partir da qual se possa medir a "precisão" de uma pensadora; nem deveria haver uma. Em vez disso, [...] existe uma longa e rica tradição de um pensamento feminista negro. Grande parte deste pensamento tem sido produzido de forma oral por mulheres negras comuns, em seus papéis de mães, professoras, músicas e pastoras (Hill Collins, 2016, p. 102).

Embora o contexto das adversidades raciais e sociais tenham sido limitantes para a mobilidade social das mulheres negras, algumas criaram estratégias para superar os obstáculos decorrentes dessa problemática. Dessa forma, as vozes que ecoaram nesse estudo nos possibilitaram perceber dimensões da experiência escolar e acadêmica das entrevistadas que impactaram na sua inserção ao mercado de trabalho uberlandense.

As três histórias de vida contadas nesse texto, assemelham-se em vários aspectos. Mesmo exercendo profissões distintas e com pertencimentos também diferentes, ambas desde muito cedo aprenderam que o estudo era o caminho de possíveis transformações.

Os nomes verdadeiros das entrevistadas foram substituídos por nomes de três personalidades negras brasileiras, apesar de nenhuma delas se chamar Maria, o acréscimo desse nome deu-se por ser tão comum e ao mesmo tempo tão particular. As mulheres negras ao evidenciarem as experiências universais por compartilharem da mesma aparência fenotípica, também apresentam suas diferentes estratégias para lidar com os obstáculos presentes em suas vidas.

3.3.1 As primeiras palavras...

Maria Carolina de Jesus¹⁹, ao compartilhar conosco a sua história, inicialmente se apresenta como mulher negra uberlandense de 53 anos, congadeira, formada em pedagogia com habilitação em inspeção educacional e orientação e a especialização em psicopedagogia. Tanto o curso de graduação quanto a pós-graduação foram realizados na Universidade Federal de Uberlândia entre as décadas de 1980 e 1990. Atualmente encontra-se em um cargo comissionado da prefeitura, mas tem um cargo efetivo na rede municipal de ensino como pedagoga.

Maria Luiza Mahin²⁰ partilha conosco sua trajetória: mulher negra de 59 anos, natural de Patrocínio, Minas Gerais, mestranda da área da saúde do departamento de microbiologia da Universidade Federal de Uberlândia. Formou-se em administração pela Universidade de Uberaba (Uniube) e enfermagem pelo Centro Universitário do Triângulo (Unitri), ambas entre a década de 1990 e 2000. Presentemente atua na assessoria do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia como chefe da auditoria sanitária do hospital.

Maria Antonieta de Barros²¹ divide conosco as suas palavras e se identifica como mulher negra de 49 anos, pedagoga e com especialização na área, formada pela Faculdade Católica no ano de 1995. Hoje possui um cargo comissionado na

¹⁹ Carolina Maria de Jesus nasceu no interior de Minas Gerais, em Sacramento, no dia 14 de março de 1914. Estudou apenas até o segundo ano primário. Na década de 30, mudou-se para São Paulo e foi morar na favela do Canindé. Ganhava seu sustento e de seus três filhos catando papel. No meio do lixo, Carolina encontrou uma caderneta, onde passou a registrar seu cotidiano de favelada, em forma de diário. Descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, repórter da Folha da Noite, Carolina teve suas anotações publicadas em 1960 no livro *Quarto de Despejo*, que vendeu mais de cem mil exemplares. A obra foi prefaciada pelo escritor italiano Alberto Moravia e traduzida para 29 idiomas. Carolina foi uma das duas únicas brasileiras incluídas na *Antologia de Escritoras Negras*, publicada em 1980 pela Random House, em Nova York. Também está incluída no *Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis*, publicado em Lisboa por Lello & Irmão. Carolina faleceu em São Paulo, em 13 de fevereiro de 1977.

²⁰ Luiza Mahin: “Africana guerreira, teve importante papel na Revolta dos Malês, na Bahia. Além de sua herança de luta, deixou-nos seu filho, Luiz Gama, poeta e abolicionista. Pertencia à etnia jeje, sendo transportada para o Brasil, como escrava. Outros se referem a ela como sendo natural da Bahia e tendo nascido livre por volta de 1812. Em 1830 deu à luz um filho que mais tarde se tornaria poeta e abolicionista. O pai de Luiz Gama era português e vendeu o próprio filho, por dívida, aos 10 anos de idade, a um traficante de escravos, que levou para Santos. Luiza Mahin foi uma mulher inteligente e rebelde. Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século XIX. Participou da Grande Insurreição, a Revolta dos Malês, última grande revolta de escravos ocorrida na Capital baiana em 1835. Luiza conseguiu escapar da violenta repressão desencadeada pelo Governo da Província e partiu para o Rio de Janeiro, onde também parece ter participado de outras rebeliões negras, sendo por isso presa e, possivelmente, deportada para a África” (http://criola.org.br/?page_id=430)

²¹ Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, em 11 de julho de 1901. De família muito pobre, ainda criança ficou órfã de pai, sendo criada pela mãe. Ingressou com 17 anos na Escola Normal Catarinense, concluindo o curso em 1921. Notabilizou-se por ter sido a primeira deputada estadual negra do país e primeira deputada mulher do estado de Santa Catarina. Ao longo de sua vida, Antonieta atuou como professora, jornalista e escritora. Antonieta faleceu no dia 18 de março de 1952.

prefeitura, mas antes atuava no seu cargo efetivo como professora da rede municipal de ensino.

3.3.2 Trajetória de vida

Oriundas de família de baixa escolaridade e renda, as Marias relatam a infância:

“Eu acho que tive um pouco de sorte, com três anos fui pra um internato em Patrocínio, lá eu fiz até o 2º grau, órfã de mãe, logo que minha mãe morreu meu pai teve outro casamento e nos abandonou. Eram 7 filhos, abaixo de mim só tinha uma. Cada filho foi pra um canto, minha irmã mais velha e a outra abaixo dela já trabalhavam como doméstica e uma outra também, três irmãs como doméstica e dois irmãos trabalhando na roça e eu mais os pequenos ficamos sozinhos, então aí até iam me doar pra uma família, mas resolveram me internar, pra mim foi a melhor coisa que pode acontecer na vida, aí eu formei, tive uma outra educação, tinham as irmãs que eram brasileiras, mas também tinha irmãs europeias...foi a melhor coisa que aconteceu, porque eu ia crescer como doméstica” (Maria Luiza).

Maria Luiza Mahin foi para o internato das Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Jesus e Maria aos três anos por meio da patroa de sua minha irmã mais velha. Na época, o internato abrigava 70 meninas órfãs em regime fechado, em que as saídas eram permitidas apenas com as irmãs. Anualmente o estado de Minas Gerais destinava verbas para o patronato que também recebia subvenções de outras fontes, em troca, ele beneficiava três crianças e Maria foi uma delas. Lá obteve aprendizados sobre afazeres domésticos, além de cursos de francês, inglês, corte e costura.

Diferentemente de Maria Luiza, mesmo com as dificuldades financeiras, a infância de Maria Antonieta ficou marcada pelo sentimento de proteção e união familiar.

“Minha infância foi maravilhosa. Eu sou de Campina Verde, mas fui criada em Ituiutaba. Minha infância foi muito gostosa, de andar na enxurrada, subir

na árvore e ir pra casa da avó. Muito protegida pelos meus pais e como eu era caçula eu fui protegida por todos os meus irmãos. Nós somos 12 irmãos, depois de 10 anos eu deixei de ser caçula e ganhei uma irmãzinha” (Maria Antonieta).

Apesar da pouca idade, Maria Carolina já vivia seus primeiros anos de vida numa rotina de mudanças ao lado da mãe devido ao relacionamento conturbado de seus pais.

“Sou filha única de um casamento que durou muito pouco. Quando eu tinha por volta de 5 anos a minha mãe separou do meu pai e eu fui viver com a ela, com a minha avó e com outro irmão da minha mãe que é da mesma faixa etária que eu, um tio e um meio irmão que somos da mesma faixa etária. Durante a infância a gente viveu em diferentes lugares pelos desencontros que a minha mãe tinha com meu pai. Em alguns momentos a gente teve que mudar da cidade de Uberlândia pra poder ter um descanso. Ele realmente não convivia bem com ela, mas também não queria ficar sem ela. Na infância a primeira vez que eles separam eu fui pra São Paulo e eu tinha na faixa dos três anos. Entre idas e vindas, a gente foi 4 vezes pra São Paulo. Moramos no Rio de Janeiro também, né, e em Belo Horizonte. Ela sempre ia pros lugares mais distantes possíveis. Minha mãe teve uma vida muito sofrida porque ela perdia o contato total com a família. Não convivia com a mãe dela e nem irmãos pra fugir desse casamento complicado. A maioria da minha família é de Uberlândia e região. Eu nasci na rua Ipiranga que a gente podia chamar de quilombo urbano, grande parte dos negros que vinha da zona rural, da cana de açúcar foram morar na rua Ipiranga, então assim, era praticamente um quilombo urbano. A rua Ipiranga é entre a Rio Branco e a João Naves, antes era bairro operário e hoje é o bairro Aparecida” (Maria Carolina).

Diante desse contexto, muitos/as negros/as saíram das fazendas em que trabalhavam e vieram para Uberlândia em busca de melhores condições de vida, além disso, viver em um território não excludente era uma forma de se manterem resistentes à marginalização. Ao relembrar sua ida para a Rua Ipiranga, Maria

Carolina narra que com sua família não foi diferente:

“Era uma rua que quase morava totalmente negros. Era assim 90% de negros e negros oriundos da zona rural naquele momento que se achava que tinha educar os filhos precisaria de vim. Não que a zona rural hoje esteja 100%, mas naquela época não tinha escola. A minha família começou a vim nesse processo de pós escravização, porque a minha avó e a minha bisa foram escravas, antes de vim eles moravam no que é hoje o distrito de Miraporanga, então a fazenda era a Santa Maria e vivia de produção de cana, então a maioria das pessoas da rua Ipiranga vieram da Santa Maria, acho que foi uma forma das pessoas terem uma relação, continuar tendo uma convivência, muita gente era familiar, era esse grupo. Então era uma bisa e biso, acho que tinha mais não” (Maria Carolina).

Sobre as idas e vindas para Uberlândia-MG, Maria Carolina recorda o que passou e o seu relacionamento com o pai e a família.

“Minha mãe sempre ia com a patroa pra esses lugares ou ia morar na casa de alguém como empregada doméstica, ela sempre ia com o rumo certo. Só em uma das vezes, ela foi por indicação e a gente não foi pra morar na casa da patroa, me lembro que dessa vez a gente morou numa favela em São Paulo. [...]Eu lembro do meu pai, do carinho dele comigo, só que o dia que ele resolvia bater nela, ele batia em mim também. A relação com o meu pai até os 7 anos foi muito tumultuada, mas a relação com a família de forma geral foi boa, porque todas vezes que minha mãe separava ela voltava pra rua Ipiranga, tinha a casa das tias e tios e bisa, então pra mim era uma beleza brincar com os primos” (Maria Carolina).

3.3.3 Espaço escolar

Embora as Marias tenham vivido em cidades diferentes, suas narrativas em relação a escola apresentam falas em comum.

“Com relação ao espaço escolar, é um espaço carregado de preconceito, então como eu convivia nesse espaço? Muito quieta no meu canto, nunca fui do grupo de ficar reivindicado. Eu perdi muito trabalho em grupo porque eu preferia entre aspas fazer o trabalho sozinha e às vezes o professor não aceitava porque era pra ser feito em grupo. Eu percebia os preconceitos, mas não enfrentava. [...] Eu estudei numa única escola de periferia quando minha mãe foi morar com meu padrasto, pouco tempo. Eu só estudava só em escolas centrais, a minha mãe trabalhava em casas que quando eu saísse da escola as pessoas aceitavam eu ficar na casa” (Maria Carolina).

“Na escola como a gente morava numa cidade pequena a gente sofreu muito preconceito. Até porque a escola que a gente estudava em Ituiutaba era uma escola de classe média, meu pai trabalhava pra um fazendeiro, a gente morava na cidade mas não tinha emprego na cidade então meu pai trabalhava na roça e esse fazendeiro é que ajudou ele a colocar a gente na escola. Eu lembro que meus irmãos foram pra escola numa idade bem avançada, mas eu entrei na escola com 7 anos. Eu lembro que todos eles estudavam comigo, mesmo os mais velhos” (Maria Antonieta).

A escola é um espaço de socialização que permite com que as crianças estabeleçam outras experiências das vivenciadas com a família, entretanto, essa vivência escolar pode abarcar inúmeros traumas. “Para muitos negros, essa é uma das primeiras situações de contato interétnico. É de onde emergem as diferenças e se torna possível pensar um “nós” – criança e família negra – em oposição aos “outros” – colegas e professores/as brancos” (Gomes, 2002, p. 45).

As Marias resgatam da memória algumas situações marcantes no ambiente da escola:

“Uma vez quando eu tinha 15 anos e estudava no Messias, um moleque bateu numa caixa de fósforo e pediu para eu dançar e bater porque era negra e sabia fazer aquilo, eu disse eu não sei, eu sou do congado, mas eu não sei. E aí a minha mãe foi lá. Outra vez um colega disse que meu cabelo não podia tomar chuva, que não podia molhar, eu contei pra ela como eu tô aqui conversando com você e ela disse que no outro dia ia lá, eu falei que

não precisava que o menino era besta e ela disse que ia sim, que ele não podia falar aquilo. Numa entrevista que minha mãe deu, ela contou sobre esse episódio e disse que se na época as leis fossem como hoje, ela teria mandado prender o menino, então ela não deixava passar e eu sempre fui na minha, muita coisa ela resolvia por mim e acho que eu ficava na minha porque ela ia resolver. Ela exigiu da diretora que chamassem os pais, o menino teve que pedir desculpas para mim e para a outra menina que tava comigo” (Maria Carolina).

“Antes a gente usava trancinha e eu tinha muito vergonha porque era o tipo de cabelo que só a menina negra usava, branca não usava, então eu servia de chacota pra escola inteira. Eu gostava muito de usar um lenço, eu sofria muito porque os meninos tiravam o meu lenço na hora do recreio e corria com esse lenço e jogavam um pro outro. Com os meus colegas vizinhos e os próprios irmãos eu não sofria muito porque a criança não carrega dentro dela esse preconceito, mas a gente tinha uma vizinha que ela chamava “as pretinhas, as negrinhas”, o que mais me marcou na infância foi essa vizinha, a forma como ela chamava a gente e na escola. Os filhos dela brincavam com a gente, não tinha essa diferenciação entre nós as crianças, mas entre os adultos tinha, a gente era chamado de negrinhos e não pelos nomes” (Maria Antonieta)

Na adolescência, Maria Antonieta mudou-se com a família para Uberlândia-MG. Ela recorda ter sido um momento especial, já que na sua concepção os/as negros/as uberlandenses eram mais bonitos e elegantes.

“Lá em Ituiutaba tinha um clube dançante que se chamava Palmeiras, um clube frequentado por negros e a gente morava num bairro bem próximo a esse clube. Tinha um baile lá no mês de julho que as bandas que tocavam lá eram de São Paulo e Ribeirão Preto, mas maior parte dos negros que iam nesse baile eram os negros de Uberlândia. Eram os dias que a gente via as tias e primas fazendo chapinha no cabelo, era tipo um bico de pato que esquentava na brasa e depois puxava o cabelo. [...] Minhas irmãs passavam aqueles produtos pura soda e aquilo queimava na cabeça da gente, mas a

gente ia pro baile queimando de febre e o cabelo todinho esticado. A gente via aquele momento como um momento mágico, a gente via as negras todas muito chiques e muito bonitas e aí iam pra nossa cidade os negros e as negras de Uberlândia” (Maria Antonieta)

Mesmo ao mudar para a cidade de Uberlândia-MG, Maria Antonieta continuou vivendo situações de racismo na escola.

“Eu não estudei nas escolas dos bairros que eu morava. Na minha sala não tinham negros, só eu, era muito difícil. O nosso poder aquisitivo era baixo, então tinham os modelos dos livros que tinha que comprar, não podia ser diferente, vendia o livro na escola, o uniforme, era tudo dentro da escola e às vezes a gente não tinha condição de comprar, às vezes não fazia tarefa não é porque não queria, mas porque não tinha material. Inclusive a gente não participava da aula de educação física, porque eu era baixinha demais, era a justificativa da professora. O bimestre inteiro de vôlei a gente não participava porque era baixinha, o bimestre inteiro de basquete a gente não participava porque era baixinho, aí na carimbada a gente não era rápida, aí iam rotulando justificativas pra gente não participar, quando a gente é criança não percebe isso, eu lembro que eram as meninas negras e pardas. A gente ficava andando ao redor da quadra. [...] Aula de história eu odiava, todas vezes que ia falar partia do princípio da escravidão. Os exemplos que eles davam de escravos eram nós negros que estavam na sala, ‘aquele negro assim igual a Marli, aquele negro igual ao João’. Quando ia falar de profissões, se eu falasse que quando crescer queria ser médica, aí me falavam, você tem que estudar muito, né, e quando a fulana tava precisando de uma empregada doméstica, aí vinham e procuravam a gente” (Maria Antonieta).

Outra situação que a incomodava mesmo na adolescência era o cabelo, assim como suas colegas, a vontade de casar com alguém de cabelo não crespo era um objetivo a ser alcançado.

“Eu não posso casar com negro pro meu filho não nascer com o cabelo igual

ao meu. Naquela época as adolescentes tinham muito isso. Vamos misturar, quem sabe o cabelo dos nossos filhos não vão nascer como o nosso. O cabelo era muito discriminado, era o cabelo de Bombril, na escola a gente sofria muito com isso. 'Nega do cabelo de Bombril, nega preta'. Quando eu tava fazendo o ensino médio eu gostava muito de me aproximar dos rapazes mais claros já com esse objetivo, nem era porque achava bonito, era porque tinha a pele clara e o cabelo da minha filha não ia nascer duro e não ia ter que passar as pastas pra alisar que eram pura soda" (Maria Antonieta).

Como apontado por Gomes (2002), os apelidos recebidos na escola demonstram que o cabelo crespo é visto como símbolo de inferioridade. Maria Antonieta, assim como parte das negras dentro de si uma informação errônea a respeito de seu cabelo, consequentemente introjeta, "a rejeição do cabelo pode levar a uma sensação de inferioridade e de baixa autoestima" (Gomes, 2002, p. 47).

Maria Luiza conta que no internato não tinham muitas meninas negras. "Das 70 meninas, tinham umas 4 ou 5 meninas negras. Era um internato diferenciado". Maria vivia no internato, mas estudava em um colégio da cidade. "Nesse colégio eu não me lembro de ninguém negro". Foi assim até a 8ª (oitava) série. Depois mudou de escola, onde fazia o segundo grau pela manhã e o curso técnico de enfermagem à tarde. "Tinha, lógico, racismo, eu lembro as preferências, mas eu vi maiores preferências no curso de enfermagem, nas escolhas das pessoas para trabalhar. Foi a primeira vez que eu percebi com muita clareza a escolha delas em detrimento da gente".

Nas narrativas é possível observar qual a representação da escola no convívio social para as três mulheres negras, todavia, além de a escola ser um cenário para a reprodução de estereótipos sobre o corpo negro, o corpo e o cabelo, ela também pode proporcionar a superação dos mesmos (Gomes, 2002). Se por um lado o ambiente escolar foi um espaço excludente, por outro, surgiram professoras que também se tornaram referências positivas na vida dessas três mulheres negras.

"Uma professora de história que tive a felicidade de encontrá-la novamente há 2 anos, me chamava de bonequinha preta. Ela me levava pra casa porque era o caminho dela, ela não trabalhava a temática étnicorracial na aula dela, mas trabalhava comigo a minha valorização da negritude. Era 5º

ou 6º série, acho que na faixa dos 12 anos” (Maria Carolina).

“A gente também não participava da fanfarra porque era mulher, naquela época só participavam homens. As mulheres participavam no bambolê e na fita. Os escolhidos eram alunos que faziam educação física e mais uma vez a gente era excluído. Eu deixei de gostar de educação física exatamente por isso. Quando eu tinha 15 anos, as mulheres começaram a participar da fanfarra, mas era só no prato, eu tive a oportunidade de participar, mas não com aquela outra professora, quem abriu espaço pra gente participar foi um professor e eu tenho alguns professores que fizeram a diferença, porque me incluíam nas atividades” (Maria Antonieta).

“Eu não acho certa eu ser tratada de forma diferente, eu aprendi com as irmãs que eu não era diferente. Eu descobri que eu era negra, lá fora, lá dentro não tinha isso.” (Maria Luiza)

3.3.4 Mercado de trabalho: primeiro emprego e experiência profissional

Embora o caso de Maria Luiza seja excepcional para meados dos anos de 1970 em que o serviço doméstico absorvia essencialmente mão-de-obra feminina de menor escolaridade e era fortemente marcada pela presença de meninas e adolescentes negras, outras Marias, não só as que narram suas histórias nesse estudo, também exerceram ou ainda exercem essa atividade, como já discutido anteriormente nesse capítulo.

Maria Antonieta começou a trabalhar ainda na adolescência para contribuir com a renda familiar. “Minhas irmãs trabalhavam e eu ia uma vez ou duas na semana pra cuidar da filha da patroa das minhas irmãs. Meu primeiro emprego foi de babá. Minhas irmãs arrumavam a casa, passavam a roupa e eu cuidava das crianças.”

De acordo com as regras do internato, era permitido permanecer por lá até os 21 anos desde que não trabalhasse. No entanto, Maria Luiza teve que sair mais cedo. Aos 17 anos se empregou em um hospital da cidade como técnica em enfermagem, por algum tempo ainda recebeu auxílio financeiro do patronato para o pagamento do aluguel, mas as demais despesas eram pagas com o próprio salário.

Aos 18 anos mudou para Monte Carmelo-MG para trabalhar em um hospital e conheceu seu atual esposo, mas como a remuneração era baixa, ela prestou um processo seletivo em Uberlândia-MG no hospital de Clínicas, na época, pela conjuntura política do país, os/as funcionários/as foram empossados/as como servidores/as federais. Posteriormente, já casada e com duas filhas, desistiu da vaga por motivo de doença de uma das crianças e retornou para Monte Carmelo-MG onde teve a terceira filha. Durante esse processo, ela passou em um concurso na Policlínica de Monte Carmelo e ingressou na primeira turma do curso de administração na faculdade Uniube. Sua rotina era conciliar os estudos, a família e os dois trabalhos.

Maria Carolina ressalta o esforço da mãe para que ela estudasse, seu primeiro emprego foi aos 18 anos, após ter terminado o ensino médio concomitantemente com o magistério.

“Eu trabalhei dos 18 aos 20 anos numa casa de festas da patroa da minha mãe e não estudei mais. Casei com 20 anos, fiquei um ano sem trabalhar e estudar por causa do meu marido, depois comecei a trabalhar por passar necessidade com alimentação. Quando eu tava grávida eu trabalhei como doméstica porque não tinha o que comer. Meu marido era muito trabalhador, servente de pedreiro, mas não tinha compromisso com a gente. Aí eu fui fazer limpeza nas casas até antes do meu filho nascer, depois fiquei um tempo sem trabalhar e fiz uma tentativa quando ele tinha uns 6 meses, mas não deu certo” (Maria Carolina).

3.3.5 O Matriarcado e as tomadas de decisões

No Brasil, há um histórico social de mulheres negras responsáveis por todo o sustento da família, e/ou educação dos/as filhos/as, seja pela ausência do pai ou pela falta de planejamento familiar.

A experiência da escravidão ontem e da discriminação hoje desempenha uma constituição familiar fora dos padrões ocidentais configurados da família nuclear. [...] a família por 'extensão' desenha uma estrutura na qual a organização triangular se dilui, abrindo-se, ramificando-se, esgotando a forma dos padrões instituídos, além de trazer, ao contrário da triangular, a figura materna como orientadora e referencial de formação. A figura materna se reduplica, migrando para várias mulheres e de forma

concomitante. Há sempre a presença de uma irmã mais velha, tia, madrinha, de uma avó (Nascimento, 2008, p. 54).

Maria Carolina afirma várias vezes ao longo da entrevista a força que as mulheres de sua família sempre tiveram.

“Minha família sempre foi uma família matriarcal, mesmo as que são casadas, quem chefia mesmo são as mulheres. É uma característica muito presente na minha família. Poucas mulheres na família e muitos homens, mas essas mulheres tão sempre no comando e na chefia da família. O que eu vejo é característica forte da mulher que tem que trabalhar e superar as dificuldades. Se a gente for pensar na referência de família é essa, forte no sentido não de força física, mas psicológica, de superação de obstáculo”.

Além de aprender a lidar com percalços do cotidiano, as mulheres da família de Maria Carolina também valorizam os saberes de sua ancestralidade:

“[...] Minha mãe casou e teve só uma filha, minha avó era benzedeira e ela determinava quantos filhos você ia ter. Quando minha mãe engravidou a sugestão era que minha mãe abortasse porque meu pai era um homem ruim, então vaso ruim só dá produto ruim, eu ouvi isso durante quase a minha vida inteira. Eu tinha uma tia muito forte que tinha uma casa de encontros onde hoje é a avenida João Naves, ela disse pra minha mãe pra não beber nada que a avó dela desse, falou isso quando minha mãe engravidou, ela tinha 20 anos, ela foi aconselhada pela tia preta a não tomar nada. A tia preta foi uma dessas que por conta de ser mulher solteira, ela dava porque naquele momento a bisá era a chefe da família. Aí ela não tomou, mas depois que eu nasci ela pediu o chá, esses que o povo falava que não criava mais e realmente depois ela nunca mais teve filho. Depois ela teve um segundo casamento com uma pessoa que não tinha filhos e ela tentou várias vezes engravidar e nunca conseguiu. Ela nunca contou sobre o chá, aí entra umas dessas questões que a gente lê nas nossas leituras, quando morre um velho, morre um sábio, o sábio morre com a sabedoria” (Maria Carolina).

Embora a palavra força seja uma característica presente nas mulheres da vida de Maria Carolina, por um tempo, este atributo foi substituído pela impotência de poder mudar a própria realidade.

“Eu casei com 20 anos, depois de ter feito o magistério, não tinha atuado ainda. Um casamento triste, difícil, uma pessoa muito incompreensível, de eu depender totalmente da minha mãe, de não deixar eu trabalhar e nem buscar um trabalho. Apesar da força das mulheres da minha família, eu tinha muito dessa coisa de submissão também e isso incomodava demais a minha mãe e umas dessas coisas que a gente tinha de contratempo era isso, a submissão que segundo ela era desnecessária. [...] Uma vez ela me disse que eu era uma vergonha pra ela. Nem comida tinha na minha casa e aí eu chorei muito, mas minha mãe tinha razão, foi muito duro pra ela pra que eu chegasse até aqui, eu não podia desmerecer esse investimento” (Maria Carolina).

Duas semanas depois de ter ouvido as ríspidas palavras da mãe, Maria Carolina encontrou uma amiga que a informou sobre aulas com jovens e adultos, era um projeto em que as salas de aula funcionavam em uma Organização Não Governamental (ONG) na zona rural. Devido a pressão do companheiro e a tentativa de conciliar as primeiras amamentações do filho primogênito, ela permaneceu nesse trabalho por 6 meses.

“Fui até a escola e conheci uma pedagoga maravilhosa e ela me explicou a forma de admitir, eu fiz uma prova e não fui bem e ela falou pra eu tentar mais uma vez e disse que eu não passei porque não havia me preparado, eu estudei de novo e fiz uma prova e fomos trabalhar juntas. Eu trabalhava a noite e decidi não me subordinar a esse senhor mais. Foi um casamento curto de 7 anos, tive 2 filhos, mas só quando ele acabou é que eu acordei pra minha carreira” (Maria Carolina).

Maria Luiza desabafa que a maior carga da casa sempre foi voltada para ela, não só financeira como também na educação das filhas. Ela afirma que apesar de tudo, o esposo sempre esteve presente e a apoiou. “Se ele não puder fazer, ele

não me atrapalha. Ele nunca me atrapalhou crescer pra lado nenhum.”

Maria Antonieta engravidou no primeiro ano do ensino médio e aos 17 anos teve que adiar os estudos.

“Aí você é obrigada a desistir dos seus sonhos porque você precisa cuidar do filho. Na família negra, a matriarca, você engravidou, então você vai criar e aí acabou que eu tive que adiar algumas coisas na minha vida, a faculdade, tive que trabalhar pra cuidar dos filhos, casei grávida e muito nova e meu esposo também muito novo, mas eu amadureci muito” (Maria Antonieta).

Após um ano de afastamento da escola, retomou os estudos e no terceiro ano do ensino médio foi selecionada no projeto da prefeitura para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

“[...] Mais uma vez testaram meu conhecimento, uma pessoa me chamou e disse que eu havia passado, mas não entre as melhores. Eu fiquei por entender, se eu passei, por que tinha que passar bem? Eu passei e comecei a trabalhar com EJAS na escola do bairro Tocantins. O Tocantins foi criando por causa de uma enchente que teve na avenida Rondon Pacheco e as pessoas que moravam lá foram levadas para o bairro Tocantins. Na construção do bairro teve um projeto de sorteios de casas e eu fui sorteada. Demorei um ano para mudar pra lá, porque diziam que era um bairro de favelados. Quando eu mudei, formamos um grupo de mães, a maioria negra, então hoje, com a consciência que eu tenho sobre o preconceito, naquela época o bairro era considerado de favelado porque a maioria que morava ali era negro. A gente não tinha com quem deixar as crianças e uma liderança do bairro que víamos como referência convidou o grupo de mães pra recolher assinatura pra pleitear uma creche e depois uma escola. O grupo de mães funcionou por um tempo até ser desmontado pelos partidos políticos que chegaram ao bairro” (Maria Antonieta).

3.3.6 Outros espaços: ensino superior e as novas oportunidades

A entrada ao ensino superior revela algumas questões importantes ao

sujeito negro. Ter acesso à educação superior não é permitida para maior parcela da população negra, haja vista, que grande parte não termina o ensino médio. Em Uberlândia-MG, os dados cedidos pelo IBGE (2010) demonstram que de um total de 22.831 pessoas que abandonaram o ensino médio, 40,5% corresponde ao número de brancos/as e o percentual de negros/as é 59,6%. Além disso, como ressalta Gusmão (2009), se afirmar como negra/o e ao mesmo tempo ter que dominar conhecimentos produzidos pela educação europeia, branca e cristã, na maior parte das vezes vai de encontro ao sujeito negro vindo de uma família negra e grupal.

“Eu trabalhava numa fábrica de balas e uma amiga me perguntou se eu não queria fazer vestibular. Eu disse que já tinha muito tempo que não estudava. Fiz a minha matrícula e a da minha colega, não dava tempo de estudar, mas ela me incentivou a fazer. Fizemos o vestibular e eu passei pra pedagogia, eu passei e nem acreditava. Meu marido me deu os pêsames por ter passado no vestibular porque tava aumentando o abismo da nossa convivência. Ai eu comecei a estudar, no início do segundo ano letivo eu engravidei” (Maria Carolina).

Apesar dos entraves, a entrevistada Maria Carolina ressalta a importância dos/as professores/as e colegas na sua trajetória na universidade.

“Conciliar trabalho e criação dos filhos não foi fácil, tive ótimos professores e apoio de colegas. ‘O corpo fala,’ ouvia de um dos professores que cobrava como eu me portava, até isso eles tinham preocupação. Tive duas professoras muito preconceituosas que deixavam bem nítido na fala que a universidade não era lugar pra pobre e negro, isso numa verbalização discreta, mas contundente. Mas a turma era muito boa, a maioria trabalhava e hoje são professores universitários e professores da rede municipal de ensino. Na sala eu era a única negra e tinham duas pardas que não se consideravam” (Maria Carolina).

Com as três filhas de 5, 10 e 12 anos, a maior preocupação de Maria Luiza era com o futuro das crianças.

“Dentro de 5 anos, eu não ia ter o que fazer com essas meninas lá. Três meninas... vai engravidar, só tinha cerâmica pra trabalhar... Sempre cuidei direitinho delas, eu trabalhava em dois empregos, mas elas tinham babá em casa, eu trabalhava forte pra dá a elas pelo o menos um pouco de conforto. Eu pensei que não vai ter como ficar aqui esperando o tempo passar” (Maria Luiza).

Em conversa com o companheiro, em comum acordo, ela preferiu ir embora da cidade para estudar como uma tentativa de melhorar a condição de vida da família. Pela pouca demanda de enfermeiros/as em Monte Carmelo-MG, Maria Luiza via uma possibilidade de crescimento na área. Ela mudou para Uberlândia-MG e cursou enfermagem na Unitri.

“Deixei marido com três filhas em Monte Carmelo-MG, suspiros, essa vez foi difícil. Deixei todo mundo lá, uma com 12, a outra com 10 e a Sarah com 5. Arrumei uma cunhada para tomar conta da casa e eu ia lá uma vez por mês, elas vinham uma vez por mês e ele vinha uma vez por mês e foi isso aí por 2 anos e meio” (Maria Luiza).

Maria Luiza relata que de todas as dificuldades que passou, os dois primeiros anos da faculdade foram os mais difíceis.

“Eu estudava de manhã, o curso era das 7h às 13h. Eu trabalhava no regional de saúde como autoridade sanitária e eu ganhava 20% a mais que o salário de técnico. Trabalha a tarde e a noite, noite sim noite não eu entrei no hospital Santa Catarina para trabalhar de técnica que era onde eu pagava a faculdade. Eu ficava alerta 36 horas, quando dava descansava 12h, mas como eu tinha muita coisa pra estudar, tinha filho fora, marido fora, tinha que lavar minha roupa, apesar de eu estar crescendo, eu sofri muito pra fazer esse curso, você não tem noção. De manhã de 7h à 13h eu tava na faculdade, às 14h eu tava no regional, como eu consegui um horário especial, eu saía às 18h, se fosse meu dia de trabalhar às 19h eu tava dentro do Santa Catarina e ia até às 6:30h e 7 horas eu tava dentro da faculdade” (Maria Luiza).

Aos dois anos e meio de curso, o marido e as três filhas mudaram para Uberlândia-MG. Apesar de ter que assumir novamente os cuidados com as filhas, as despesas reduziram. O cotidiano de Maria Luiza era de “mãe, dona de casa, esposa, estudante e trabalhadora.” As garotas foram matriculadas no curso de inglês e informática. Quando as contas se equilibraram, ela as colocou no colégio particular com o intuito de que as filhas fizessem uma faculdade pública. O término do curso de enfermagem foi no início dos anos 2000.

Maria Luiza relembra que em sua sala do curso de enfermagem dos/as 80 matriculados/as apenas duas alunas eram negras. Na administração também não era diferente. “Éramos 90 alunos, como era uma faculdade particular, todo mundo ou era filho de dono de cerâmica ou filho de uma pessoa de destaque na cidade. Eu e mais outra que éramos funcionárias públicas.”

Atualmente ela é mestranda e o número de negros/as no seu ambiente de estudo não mudou. “Na minha sala de mestrado tem 49 alunos e só tem eu de negra.” Segundo Maria Luiza sua qualificação amenizou o racismo na sua área de atuação:

“Eu tive uma oportunidade rara, porque sou enfermeira do Ministério da Educação, então eu faço palestra em universidades e recebo por elas. Eu faço palestra de vigilância sanitária, controle de infecção, de auditoria, terapia intensiva. Eu ainda tive esse benefício. Tem racismo né, às vezes a gente percebe, mas as pessoas tem mais cuidado por conta da minha qualificação” (Maria Luiza).

Maria Luiza descreve uma situação que a chamou a atenção quando ainda técnica de enfermagem buscou uma vaga de emprego na sua área:

“Apareceu uma vaga de emprego no hospital, éramos 3, das 3 a mais qualificada era eu, mas eu era negra, uma era morena e a outra era loira. A loira entrou. Esse tipo de coisa a gente encontrava muito. A loira não tinha qualificação nenhuma, nunca tinha nem trabalhado. A gente foi lá e disseram que ela aceitou receber um salário menor do que tava na proposta. Eu não quis me envolver porque logo eu passei no concurso da federal. Eu acho assim, as pessoas tiveram pouca oportunidade de praticar o racismo em

cima de mim, porque eu já passei logo na federal como enfermeira, eu tinha um salário diferenciado e quando eu não tava entre os três melhores eu estava entre os 2” (Maria Luiza).

As impressões quanto a ausência de negros/as nos lugares frequentados por Maria Luiza, também se estende para Maria Antonieta. Graduada em pedagogia pela Faculdade Católica de Uberlândia, após o término do curso foi aprovada em um concurso da prefeitura no município de Uberlândia-MG. Se no decorrer da graduação o número de colegas negros/as era baixo, no trabalho não era diferente:

“Quando eu comecei a trabalhar na prefeitura eu percebi que tinham poucas professoras negras e as que tinham não eram supervisoras e nem coordenadoras. Eu me lembro das loiras, das mulheres de olhos azuis que se destacavam como coordenadoras e diretoras. Eu me lembro que nas festas anuais dos servidores, não tinham muitas mulheres negras” (Maria Antonieta).

Apesar das Marias denunciarem experiências de exclusão no interior do espaço universitário, elas não desconsideram esse espaço como de transformação de outros sujeitos, como enfatiza Gusmão (2009:196), “a universidade é importante para todos eles, não só porque aí constroem carreiras, mas também é nesse espaço que operam a transformação da própria consciência.”

3.3.7 Marias que incomodam

A presença negra em determinados espaços ainda causa surpresa, irritação ou questionamentos. Maria Luiza, aluna da pós-graduação do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal de Uberlândia-MG, em tom de brincadeira expõe um incômodo vindo de colegas do trabalho: *“os meninos perguntaram como eu fiz pra entrar lá, eu falei por competência, eu fiz a prova e passei, então foi por competência, né!”*.

Ocupar espaços que outrora não se encontravam negros/as para Maria Luiza permanecer nele requer um esforço ainda maior:

“[...] você tem que mostrar que sabe bastante, primeiro você tem que estudar muito. Quando eu entrei na UTI da universidade e entrei como enfermeira chefe de lá eu tive que ir atrás de umas especializações em terapia intensiva, não adiantava ser só enfermeira-chefe sem saber nada, então eu trouxe a equipe a pra perto de mim pra me ensinar e fui fazer especializações. Você tem que ser qualificada, ter habilidade técnica e saber trabalhar e saber comandar. O que me fez trabalhar com mais segurança foi a minha qualificação. Se você é mulher negra ou homem negro você tem que ser sempre melhor que os outros. A cor sempre incomodou uma ou outra pessoa” (Maria Luiza).

Já formada, Maria Antonieta descreve um dos entraves na sua profissão:

“Eu fui diretora nos anos 2000 a convite do prefeito Zaire Rezende participando da campanha dele. Como eu era uma liderança no bairro Tocantins, o Dr. Zaire me convidou pra ser diretora da escola, até porque a comunidade queria uma pessoa que fosse do bairro. Aconteceu um processo dentro da escola que os profissionais haviam escolhido um nome e não era eu. E aí no dia que o Dr. Zaire fez a publicação do nome do diretor saiu o meu nome como diretora, os funcionários da escola não entenderam o porquê de ter sido eu e não o nome que eles haviam escolhido e vieram me questionar e a explicação foi que a comunidade havia dado o nome. Eu tive que enfrentar um problema seríssimo porque uma parcela dos profissionais me rejeitou, inclusive em umas das reuniões uma professora que já tinha pedido a transferência de escola me disse que eu era muito próxima dos moradores do bairro que eram um bando de favelados que eu ia transformar a escola num quilombo. Eu disse que ela então não tinha conhecimento do que era a comunidade quilombola e que seu objetivo era de um ajudar o outro. Depois desse episódio eu passei a ter o apoio de outros professores, mas não foi fácil. De 250 funcionários, eu tinha 20 pessoas em cada turno que fazia uma oposição serrada de não aceitação e pra mim era nítido que era por questão racial, até mesmo por causa da fala. Mulher negra que morava no Tocantins, mas era nunca que eles queriam que eu fosse representantes deles. Eu tive muita dificuldade pra quebrar

estereótipos e trazer novas visões. O Neab na rede municipal foi um divisor de águas e a lei 10.639/03 também porque a gente teve eu trabalhar a questão racial. Fiquei como diretora de 2000 a 2006. Depois voltei pra sala de aula e fui convidada a trabalhar com o projeto Mais Educação por 4 anos” (Maria Antonieta).

Em 2013, Maria Antonieta foi indicada para assumir um cargo de chefia na Prefeitura Municipal de Uberlândia e mais uma vez foi questionada por estar ali. Inicialmente não recebeu de seus pares e fez alguns apontamentos sobre a dificuldade de ser aceita pelos movimentos sociais da cidade:

“Nós não podemos desempoderar um negro quando chega até o poder, hoje temos condição de eleger 3 vereadores, mas devido a essas questões não é possível. A maior decepção pra mim enquanto mulher negra foi não ter sido reconhecida dentro do movimento negro. Nós temos que aprender a receber novas lideranças, senão o movimento fica estagnado. Eu não sou do movimento, mas sou uma negra em movimento” (Maria Antonieta).

Em 2016, Maria Carolina também foi nomeada para um outro cargo na prefeitura e demonstra a mesma insatisfação:

“A minha e talvez seja a maior dificuldade que eu acho, que nós mulheres negras não dão suporte umas para as outras, eu sinto um certo abandono, às vezes de me questionarem do porquê ser ela. É função da nossa resistência dar suporte. As pessoas do congado puxam umas às outras, mas tem um momento de aconchegar. Nós mulheres negras temos que fortalecer umas às outras e não apenas criticar” (Maria Carolina).

3.3.8 Ascensão social

O caminho traçado pelas Marias por mais árduo que apresentou ser permitiu que elas pudessem se introduzir em outros espaços os quais durante toda vida insistiram em lhe dizer que não as caberiam. Maria Antonieta reforça que sua graduação lhe concedeu uma nova forma de enxergar a própria realidade e

caminhar em outros territórios para além do seu território de origem. *“A graduação foi tudo, foi lá que eu aprendi a ser um sujeito crítico e a me ver em novos espaços”*. As irmãs do internato diziam a Maria Luiza que deveria aprender a enfrentar os problemas diários sozinha, pois, além de não ter os pais, o suporte dado a ela não seria por muito tempo. *“Eu já cresci sabendo que ia ter que me virar”*. Após anos de estudos, o curso de enfermagem possibilitou a ela novas perspectivas: *“[...] me mostrou o outro lado vida. Abriu não só espaço profissional como também de lazer, antes era só trabalhar”*. Em 2003 Maria Luiza foi empossada no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, ao longo do tempo fez várias especializações, dentre elas, terapia intensiva e cardiologia. *“Minha qualificação profissional foi só melhorando depois que eu fiz o curso de enfermagem. Hoje eu acho que sou uma pessoa de destaque na profissão”*. Ao reviver a sua trajetória de vida, Maria Carolina se emociona com uma das frases ditas pela mãe quando ela ainda era criança:

“Tá vendo essa porta? Você é dessa porta pra fora, porque senão a mamãe perde o emprego e não tem jeito de te dar comida. Eu fui educada num quadrado, existia um espaço para eu poder ficar. Um dia você vai poder entrar pela porta da frente, mas nesse momento não” (Maria Carolina).

Apesar de a mãe delimitar qual era o espaço da criança naquela ocasião, a figura materna sempre a incentivou a não se acomodar com a vida que levava.

“Eu estou reproduzindo minha mãe: quem te fizer entrar pela porta do fundo você não vai aceitar. Porque hoje você é filha da empregada, mas você tem a mesma condição que o filho do patrão. Aí eu lembro da minha avó quando diz que tem porta que não vale a pena entrar” (Maria Carolina).

3.3.9 Empoderamento: momentos importantes que não as fizeram desistir

Nos últimos tempos, o termo empoderamento tem sido utilizado não apenas no espaço academicista como também por grupos de lutas sociais. Na perspectiva feminista, ao contrário do que acontece com outros conceitos, o empoderamento surge na prática e só depois passa a ser conceituado. O termo é simultaneamente

singular e plural, ou seja, apesar de dar-se de maneira diferente para cada uma, aprende-se que é por meio da coletividade que as lutas em prol da igualdade de direitos acontecem.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (Sardenberg, 2006, p. 2).

Contudo, além de questionar as estruturas e relações de poder, o empoderamento está relacionado diretamente ao fato de as mulheres terem a capacidade de fazer escolhas. Sumariamente, de acordo com Sardenberg (2006:7) “o empoderamento é o processo através do qual se expandem os limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado”.

Nesse contexto, as Marias relembram suas histórias de empoderamento:

“A primeira coisa que me fez mudar radicalmente foi quando eu e meu marido decidimos que um de nós ia ter que sair pra estudar pra melhorar a qualidade de vida da família. Aquela decisão que eu que teria que sair, mesmo eu sendo criticada na cidade por ser dona de casa e mãe de família. Eu tinha certeza que aquele diploma seria o meu ponta pé pra vida e melhorar a condição de vida das minhas três filhas. O segundo momento foi quando eu fui convidada pra fazer assessoria técnica pra direção do hospital, aí as pessoas passaram a me olhar diferente, isso eu faço desde 2003. Das 8 pessoas que fazem assessoria técnica só tem eu de negra. Mostrou que nem todo mundo tinha que ser loira de olho azul pra fazer esse trabalho” (Maria Luiza).

“O primeiro foi ganhar meus filhos, eu estou dando continuidade a uma geração de negros e negras conscientes que vão fazer diferença. E o segundo quando eu me graduei e a partir daí consegui conquistar minha

independência profissional” (Maria Antonieta).

“A fala da minha de que eu era uma vergonha depois de tanta luta pra ela, a fala dela serviu pra mim acordar, de saber o potencial que eu tinha e eu querendo ficar lá naquele cantinho que eu ficava na escola” (Maria Carolina).

3.3.10 As últimas palavras... representatividade importa!!!

As Marias escolhidas para esse estudo são mulheres de destaque em suas áreas de atuação. Nenhuma delas apresenta origem socioeconômica privilegiada e nos espaços que transitam ainda são vistas como exceções, portanto, conhecer seus trajetos de vida, vai além de entender suas lutas e superações, elas são fonte de inspiração para outras mulheres negras.

“Eu me considero referência a partir do momento que eu fiz a coisa certa. Eu tive a oportunidade de ter uma vida diferente, nem ser boia fria, nem trabalhar na lavoura. Às vezes eu conto minha história e as pessoas não gostam do que ouvem. Dos 7 irmãos eu fui beneficiada” (Maria Luiza).

“Sem vaidade, eu sou uma referência positiva na educação, uma referência de luta e de conquista. Eu não estou no meu cargo porque o prefeito me colocou, mas devido a minha competência, a minha trajetória de vida profissional e ao meu comprometimento com a minha comunidade. Nós precisamos abrir espaço para os jovens negros que estão vindo. A gente tem ser responsável por assegurar a permanência dos nossos negros jovens nessa sociedade. Nós temos história pra contar, muitos momentos difíceis que nós passamos, mas que a gente superou e se emponderou, como eu posso pegar todo esse empoderamento que tive e guardar numa gaveta? Não tem lógica, é nesse sentido que temos que olhar, a mulher negra empoderada como agentes transformadoras nos espaços em que ela está” (Maria Antonieta).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou Maria Laura, filha de Maria do Carmo, neta e sobrinha de outras Marias negras que sobreviveram e ainda sobrevivem em um país historicamente racista e culturalmente machista.

As trajetórias dessas mulheres foram marcadas por um contexto múltiplo de dificuldades, mas também de lutas e alegrias. Meu trajeto se difere um pouco do delas, eu tive a oportunidade de poder me graduar e isso me possibilitou refletir e entender boa parte dos meus questionamentos desde criança.

Durante minha infância e adolescência quase todos os lugares que frequentei eram majoritariamente de brancos/as: os bairros que morei, minhas escolas, minhas salas de aulas, meus cursinhos e meus espaços de lazer. Eu não entendia o porquê e assim como a maior parte das pessoas negras eu naturalizei essa situação.

Meu incômodo ficou ainda maior quando passei no vestibular. Na minha turma de graduação éramos três negras e um negro. Ao andar pelos blocos e ruas da Universidade Federal de Uberlândia, a situação permanecia a mesma. No entanto, ao observar os/as profissionais da segurança, da cantina e ajudantes de serviços gerais nesses espaços, a cor preta da pele prevalecia e era muito parecida com a minha.

Todos esses questionamentos e reflexões eu tive o ensejo de suprir ao conhecer o Núcleo de Estudos Afro Brasileiro (NEAB/UFU) e o Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia (Grucon). A partir desse momento comecei a ler escritores/as negros/as e conhecer personalidades com fenótipos diferentes do que vi e li na mídia, nos livros de escola e no próprio curso de Ciências Sociais. Posteriormente, entendi a importância de uma mulher negra pesquisar sobre si e sobre outras mulheres negras.

Ao decidir o tema de pesquisa para o mestrado, me remeti novamente a algo que sempre me ocasionou inquietude, a ausência da representatividade positiva da população negra, em especial das mulheres negras em diversos espaços de poder, sejam eles: políticos, comando, midiático ou empreendedorismo.

Diante desse contexto, escolhi tentar produzir uma pesquisa em que mulheres negras se identificassem e vissem que por mais que exista um panorama social novelado por relações raciais conflituosas, ainda assim, é possível enxergar avanços quanto ao combate às desigualdades raciais e de gênero a partir de alguns

aspectos, por exemplo, pela representatividade positiva.

A imagem a seguir, faz parte de campanhas e projetos expressivos na internet que surgiram nos últimos tempos para sensibilizar indústrias de brinquedos sobre a representatividade. Imagens como essa são visualizadas nas redes sociais e vem possibilitando debates acerca da temática.

Figura 7 - Representatividade negra



Fonte: Google imagens

Crianças como a da foto, possivelmente vão crescer conscientes de como o racismo opera na sociedade brasileira e de como é importante assumir a sua negritude. Contudo, nem sempre o discurso do empoderamento negro alcança a periferia, onde a maior parte das mulheres negras está.

Os gráficos e dados estatísticos descritos nessa pesquisa para comprovar onde as mulheres negras localizam-se na pirâmide social, por um lado não traz nada de novo ao continuar confinando-as no menor patamar da hierarquia social, mas por outro lado, é possível analisar os pequenos e significantes avanços derivados de lutas árduas para a implementação de políticas públicas que ocasionassem impactos

na sociedade brasileira.

Tais lutas foram e ainda são invisibilidades da nossa história e não por mero engano, as representações influenciam diretamente na construção do que somos. De acordo com Kathryn Woodward:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2000, p. 17-18).

Portanto, recusar a existência de mulheres negras que sempre estiveram em movimento na luta antirracista e sexista, construir estereótipos que humilhem e subalternem mulheres negras, assassinar Cláudias²² e não se sensibilizar com Elizabeths²³ que perdem Amarildos é uma tentativa de manter inatas as relações de poder construídas por um racismo patriarcal.

A maior parte das mulheres negras, assim como eu, são netas, sobrinhas e filhas de domésticas e lavadeiras que já exerciam o feminismo negro bem antes de ele ser teorizado no meio acadêmico. Elas aprenderam desde criança e por motivos

²² Cláudia Silva Ferreira, teve o corpo arrastado por 350 metros por um carro da Polícia Militar no dia 16/03/2014 no Morro da Congonha, em Madureira, no Subúrbio do Rio de Janeiro. Foi morta por conta de um dos disparos pelos quais foi atingida. Após ser baleada, Cláudia foi colocada por PMs no porta-malas para ser levada para o Hospital Carlos Chagas, onde chegou sem vida, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. No meio do caminho, no entanto, a mala abriu, ela ficou presa por um pedaço de roupa ao carro, e teve parte do corpo dilacerada ao ser arrastada pelo asfalto. Thaís Lima, filha de Cláudia Silva Ferreira, disse que os policiais que estavam no local acharam que Cláudia tivesse envolvimento com o tráfico de drogas. Segundo depoimento de Thaís sobre o ocorrido, "foi só virar a esquina e ela [Cláudia] deu de frente com eles. Eles [os policiais] deram dois tiros nela, um no peito, que atravessou, e o outro, não sei se foi na cabeça ou no pescoço, que falaram. E caiu no chão. Aí falaram [os policiais] que se assustaram com o copo de café que estava na mão dela. Eles estavam achando que ela era bandida, que ela estava dando café para os bandidos", contou. Segundo Thaís, os moradores tentaram impedir que a polícia levasse Cláudia do local. No tumulto, policiais teriam atirado para o alto para afastar as pessoas. Ainda segundo ela, o porta-malas do carro da PM que levou Cláudia abriu uma primeira vez na Rua Buriti, logo após o socorro feito pelos PMs. "Um pegou ela pela calça e outro pela perna e jogou dentro da Blazer, lá dentro, de qualquer jeito. Ficou toda torta lá dentro. Depois desceram com ela e a mala estava aberta. Ela ainda caiu na Buriti [rua, em Madureira], no meio do caminho, e eles pegaram e botaram ela para dentro de novo. Se eles viram que estava ruim porque eles não endireitaram (sic) e não bateram a porta de novo direito?", questionou. (Fonte: G1. Globo.com - <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>).

²³ Elizabeth Gomes da Silva é viúva do pedreiro Amarildo de Souza. O caso Amarildo ficou internacionalmente conhecido após a mobilização em torno do desaparecimento do pedreiro, em meados de 2013, na Rocinha, Zona Sul do Rio de Janeiro. Ele sumiu após ser retirado de casa e levado à sede da UPP da Rocinha por PMs da unidade. Uma investigação teve início após o forte apelo popular e 25 policiais foram acusados pelos crimes de tortura, ocultação de cadáver, fraude processual e formação de quadrilha. (Fonte: Pragmatismo Político - <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/07/onde-esta-mulher-de-amarildo.html>)

diversos a não contar com o pai ou com seus companheiros, a discutir com outras mulheres a importância de uma creche no próprio bairro ou ensinaram suas filhas a erguer a cabeça para todas as situações. Mesmo que desconhecida, as mulheres negras apresentam uma ancestralidade pautada na resistência.

Ainda são poucas as que ocupam as cadeiras das universidades, do meio político e dos espaços de decisão. No entanto, acredito que visibilizar suas narrativas seja uma das formas de valorizar a identidade preta e contribuir para a diminuição das desigualdades, nesse contexto, foram escolhidas três trajetórias de mulheres negras que ultrapassaram as barreiras das estatísticas e ocupam cargos que até então não eram preenchidos por mulheres negras.

“Eu sempre estive no território que acredito e gosto, sempre vivi nesse território de congado e carnaval, eu nunca deixei de estar lá. Mas tem algo que é muito importante nesses territórios, o de ser referência, de continuar neles e estar em outros territórios. Hoje a gente tem professores, pedagogos e outros profissionais no congado, antes a gente não tinha isso. Pessoas que conseguiam ir para outro patamar e saíam desses espaços pra fugir até mesmo dessa negritude, por isso que eu te digo que essa negritude está em mim e sempre teve, mas a grande questão é você estar naquele território e também ser referência” (Maria Carolina).

Finalizo estas considerações com uma frase utilizada pelo movimento de mulheres negras... *“Nós mulheres negras, existimos e resistimos!”*.

REFERÊNCIAS

A COR DA CULTURA. **Heróis de Todo o Mundo**. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br>. Acesso em: 27 out. 2016.

AMARAL, E.; SEVERINO, A.; PATROCÍNIO, M. F. do. **Novo manual de redação**: gramática, literatura, interpretação de texto. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

ANDRADE, L. M. de. FONSECA, M. de L. P. **A dinâmica do espaço público e a segregação social**. Universidade Federal de Uberlândia, PIBIC/UFU 2008.

ARAÚJO, M. M. **Trabalho Doméstico no Brasil**: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos. 2015. 65 f. Monografia – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2015.

BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Rev. Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ, p.458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 25 out. 2016.

BARBOSA, L. M. de L. Feminismo negro: notas sobre o debate norte americano e brasileiro. In: **Anais do Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, UFSC, 2010. GT: Mulheres negras e suas diversas formas de organização nos contextos urbano e rural no Brasil. v. 1. Disponível em: https://www.fg2010.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf. Acesso em: 16 nov. 2016.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo**: fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BENEDITO, V. L. Universidade Plural, País de Cidadãos: Ações Afirmativas desafiando paradigmas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. In: LOPES, M. A.; BRAGA, M. L. de S. (orgs.). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade / Unesco, 2007.

BICUDO, V. L. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Sociologia*, São Paulo, **Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo**, v. 9, n. 3, p.196-219, 1947. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/BQ94tPgGs5yrz9LfLCDqfpv/>. Acesso em 14 nov. 2016.

GROPPI, A. As raízes de um problema. In: BONACCHI, G.; GROPPPI, A. (Org.). **O dilema da cidadania**. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p. 11-25.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Documento Brasil, Gênero e Raça**. 1995.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. Nova York, Londres: Routledge, 1993.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. A institucionalização de estudos sobre a mulher: Perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista da Abpn**: experiências de mulheres negras na produção do conhecimento. Brasília, v. 1, n. 1, p.18-27, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/304>. Acesso em: 21 out. 2016.

CANTO, V. S. **O devir “mulher negra”**: subjetividade e resistência em tempos de crise do capitalismo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CARMO, L. C. do. **“Função de preto”**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG 1945-1960. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*. nº49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CARVALHO, R. A.; ROCHA, S. P. Feminismo Negro no Brasil: ações da Bamidelê. Organização de Mulheres Negras na Paraíba - na construção e na afirmação de identidade negra. **Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero**. João Pessoa: UFPB, 2012.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 15 out. 2016.

CRIOLA. **Negras na História**. Disponível em: <https://criola.org.br/criola-%e2%80%a2-ponto-de-cultura-%e2%80%a2-mulheres-negras-2/>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

DIWAN, P. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, 2007, vol.12, n. 23, p.100-122. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 10 de nov. 2015.

_____. Frente negrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 28, Campinas, jan/jun 2007, p. 345-374. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100015>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MARCONDES, M. M. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das

mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

ENDRICA, G. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cad. AEL**, v.15, n.27, 2009. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/17062019_150835.pdf Acesso em: 15 dez. 2016.

FERNANDES, F.; BASTIDE, R. Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo. **Revista Anhembi**, publicada periodicamente em diferentes edições, SP, 1955. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/353/1/305%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FERREIRA, R. F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.14, n.1, p.69-86, jan./jun.2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822002000100005> Acesso em: 15 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Almanaque Folha**. Racismo cordial. Edição especial de 25 de junho de 1995. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/racismocordial.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2015.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **FNPETI**. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/ver/628-cenario-do-trabalho-infantilpnad-2014.html>. Acesso em: 16 ago. 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade (vol. I): A vontade de saber**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51^a. ed. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA, R. M. A Via de um Guerreiro... Com Sabedoria e Senso de Humor: Uma Sinopse da Obra de Guerreiro Ramos. **Revista de Administração Brasileira (FGV)**, v. 17, n. 1, jan./mar., 1983, p. 115-116. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/11302>. Acesso em: 07 ago. 2016.

G1. **“Arrastada por carro da PM do Rio foi morta por tiro, diz atestado de óbito”**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>. Acesso em 06 nov. 2016.

GELEDÉS. **Um olhar sobre as mulheres negras e o ensino superior no Brasil**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/um-olhar-sobre-mulheres-negras-e-o-ensino-superior-brasil/#gs.kziLEvM>. Acesso em: 02 set. 2016.

GILKES, C. T. From slavery to social welfare: racism and the control of Black women. In: SMERDLOW, A.; LESSINGER, H. (Eds.). **Class, race, and sex: the dynamics of control**, p. 288-300. Boston: G.K. Hall, 1981.

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil-uma-breve-discussao,baf17c8d-1b72-46fc-a3b7-fdab0bf2a748>. Acesso em: 05 mai. 2016.

_____. Gilberto Freyre e a nova história: uma aproximação possível. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, N. L. **Antropologia e história: debate em região de fronteira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 149-171.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. **Annual Meeting of the Latin American Studies Association**, Pittsburgh, 5-7 de abril, 1979. Disponível em: https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALEZ%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 17 jul. 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. Raça, cor, cor da pele e etnia. São Paulo: **Cadernos de Campo**, vol. 20, no. 20, jan-dez. 2011: p. 265-271. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p265-271>. Acesso em: 02 ago. 2016.

GUSMÃO, N. M. M. Questão racial e docência: olhares e trajetórias. In: PRAXEDES, V. L.; TEIXEIRA, I. A. de C.; SOUZA, A. X.; GONZAGA, Y. M. (Org.). **Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte - MG: Editora Autêntica, 2009.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HARAWAY, D. J. A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late Twentieth century. IN: HARAWAY, D. J. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. London, Free Association Books, 1991, p. 149-181.

HASENBALG, C. As desigualdades raciais revisitadas. **Revista Ciências Sociais Hoje**, n. 2, Anpocs, 1983.

HILL COLLINS, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade & estado**, v. 31, n.1, p.99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006> Acesso em: 05 out. 2017.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n.1: 61-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em 04 jan. 2017.

IANNI, O. As Metamorfoses do Escravo. Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

_____. Literatura e consciência. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (28), 91-99. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i28p91-99>. Acesso em 18 fev. 2016.

_____. **Teorias de estratificação social**: Leituras de sociologia. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Características Gerais da População. Resultados da Amostra. IBGE, 2003. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm. Acesso em: 02 mai. de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: 2011.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>. Acesso em: 16 jul. 2016.

KING, M. The politics of sexual stereotypes. **Black Scholar**, n. 4, p. 12-23, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00064246.1973.11760854>. Acesso em: 08 dez. 2016.

LIMA, M. RIOS, F; FRANÇA D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995 - 2009). In MARCONDES, M. M. [Orgs.]. **Dossiê mulheres negras**: retrato das mulheres negra no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

LÖWY, M. **Método dialético e teoria política**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

_____. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. **Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**, 8.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer; Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MEYER, D. E. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero & saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MIRANDA, T. L.; SCHIMANSKI, E. Relações de Gênero: algumas considerações conceituais. In: Ferreira, A. J. (Org.). **Relações étnicorraciais**, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788577982103.0005>. Acesso em 25 de nov. 2016.

MOREIRA, N. R. **O Feminismo Negro Brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2007.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, K. (org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, G. M. do. Grandes mães reais senhoras. In: NASCIMENTO, Elisa Narkin (org.). **Guerreiras de Natureza**: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008.p. 49-63.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Más de 52 millones de trabajadores domésticos en el mundo. **Informe da OIT**. Genebra, 09 de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/global/about-theilo/newsroom/news/WCMS_200946/lang--es/index.htm. Acesso em: 15 ago. 2015.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Debates historiográficos**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 26 out. 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Síntese de indicadores 2014**. Coordenação de Trabalho e Rendimento / IBGE. Rio de Janeiro, 2015.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 15 out. 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO /2006-2007. Disponível em: www.ibge.gov.br/PNAD. Acesso em: 23 jan. 2015.

PRAGMATISMO POLÍTICO. “**Onde está a mulher de Amarildo?**”. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/07/onde-esta-mulher-de-amarildo.html>. Acesso em: 06 nov. 2016.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: QUEIROZ, M. I. P. de; SIMSON, O. de M. V. **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988. cap. 2. p. 14-43.

RAMOS, A. Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

REIS, L. V. S. A Capoeira: de “Doença Moral” à “Gymnástica Nacional”. **Revista de História**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483091994000100016&script=sci_arttext Acesso em: 03 abr. de 2015.

RITZER, G. **Teoria sociológica Clásica**. Madrid: McGraw-Hill, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil, 2009.

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. de O. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. de O. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1995.

SANTOS, S. B. D. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275–288, 2010. DOI: 10.5216/sec.v12i2.9102. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9102>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SARDENBERG, C. Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualizing Empowerment in Latin American Feminist Perspective. Trabalho apresentado ao

Seminário “Pathways of Women’s Empowerment”, IDS e American University in Cairo, Luxor, set-9-18, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Gilberto Freyre**: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. *Mal-estar na Cultura*/ Abril-Novembro de 2010.

SCOTT, J. W. **Gênero**: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

_____. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, C.R. (Org.) **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

SILVA, A. C. da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador. EDUFBA, 2001.

SILVA, T. R. R.; BARBOSA, V. de O. Repensando o feminismo negro brasileiro e norte americano. In: **XIV SIMPÓSIO BAIANO DE PESQUISADORAS (ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO**. 2008, Salvador-ba. GT Gênero, Raça e Etnia. Salvador: UFBA, 2008. p. 93-106.

SOUSA, L. G. P. de; SOMBRIO, M. M. de O.; LOPES, M. M. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagu** n. 24, Campinas, jan/jun 2005, p. 315-325. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100016>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

SOUSA, R. A. S. de. A extinção dos brasileiros segundo o Conde de Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan/jun 2013, p. 21-34. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v6i1.249> . Acesso em: 02 de ago. 2016.

SOUZA, M. F. **Guerreiro Ramos e o desenvolvimento nacional**: a construção de um projeto para a nação. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SPELMAN, E. **Inessential woman**: problems of exclusion in feminist thought. Boston: Beacon Press. 1988.

SPENCER, H. Progress: Its law and cause. **Westminster Review** 67: 445-85, p. 446. 1857.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Cadernos da AATR** –BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), Bahia, 2002.

THEODORO, M. A Questão do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.) **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil**. 120 anos após a Abolição. Brasília, IPEA, 2008. p. 38-39.

TURRA, C.; VENTURI, G. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pró-Reitora de Graduação. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2012-25.pdf>. Acesso em: 29 jul. de 2016.

VERRANGIA, D.; SILVA, P. B. G. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000300004>. Acesso em: 04 jan. 2016.

WERNECK, J. (org.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema Pinto (org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro de entrevista

1. Identificação: Nome, naturalidade, idade, escolaridade, profissão.

Anexo B - Termo de concessão de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Pelo _____ presente _____ documento, **eu**
Entrevistado(a): _____
 _____, RG: _____ emitido
 pelo(a): _____, domiciliado/residente em
 (Av./Rua/no./complemento/Cidade/Estado/CEP): _____

_____, **declaro ceder ao (à)**
Pesquisador(a): _____
 _____, CPF: _____ RG: _____
 _____, emitido pelo(a): _____, domiciliado/residente em
 (Av./Rua/no./complemento/Cidade/Estado/CEP): _____

_____, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Uberlândia.** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. **O(a) pesquisador(a) se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.**

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

 (assinatura do entrevistado/depoente)